



Rumo S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18



EY
Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Rumo S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rumo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.2, em decorrência da mudança na estrutura dos segmentos operacionais, a Companhia ajustou a divulgação dos segmentos operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como previsto na NBC TG 22 (R2) – Informações por Segmento. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de ativos relacionados a infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.12.2 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado determinados ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão da Companhia, incluindo vagões, locomotivas, via permanente, obras em andamento e infraestrutura ferroviária e portuária, que somam R\$15.974.562 mil. Os montantes aplicados nos ativos relacionados à infraestrutura da concessão são significativos e essenciais para manutenção da infraestrutura utilizada na prestação do serviço de transporte. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$3.568.475 mil de adições de custos nesses ativos de infraestrutura da concessão.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido ao montante envolvido, relevância das adições no período, e risco de que tais ativos sejam indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos incluindo os critérios adotados para determinar a aplicabilidade da capitalização; ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados; iii) testes extensivos por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras; iv) acompanhamento do andamento das obras por meio de inspeções físicas *in loco*; v) avaliação das políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; e vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos nas adições no ativo imobilizado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização desses ativos de infraestrutura de concessão preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.12.2, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.14 às demonstrações financeiras, os ativos fiscais diferidos referem-se a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e/ou diferenças temporárias. A estimativa do provável lucro tributável futuro é baseada em julgamentos subjetivos sobre premissas prospectivas, tais como volume transportado, custos operacionais, despesas administrativas e é registrada na medida em que a Companhia considera provável a geração de lucros tributáveis futuros contra os quais os ativos fiscais diferidos serão realizados.

O valor recuperável do ativo fiscal diferido reconhecido pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos, complexidade do processo de mensuração das projeções de recuperabilidade dos tributos futuros, os quais se baseiam em estimativas e premissas cuja realização pode ser afetada por condições de mercado e cenários econômicos incertos, assim como, pela complexidade da legislação tributária brasileira, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) o entendimento geral do ambiente de controles internos relacionados a preparação e revisão da projeção de lucros tributáveis futuros; (ii) envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar a avaliar os impactos fiscais envolvidos; (iii) revisão das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo: (iii.i) expectativa de crescimento do volume de transportes relacionados à produção de açúcar, grãos, combustíveis e fertilizantes; (iii.ii) expectativa em relação aos preços de fretes rodoviários futuros; (iii.iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária; (iii.iv) realização de stress testing com cenários alternativos de redução dos lucros tributáveis futuros e (iii.v) projeções independentes dos lucros tributáveis futuros ponderando premissas de mercado e outras condições macro econômicas disponíveis na data base da avaliação. Revisamos ainda, as divulgações na nota explicativa nº5.14, efetuadas pela Companhia, a origem dos montantes, as premissas utilizadas com relação às estimativas de rentabilidade futura e de realização de tais tributos diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos e as respectivas divulgações na nota 5.14 são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva

Contador CRC-1PR-057007/O-7

Balanços patrimoniais
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	791.802	1.568.667	9.448.193	7.778.606
Títulos e valores mobiliários	5.3	109.664	77.976	1.425.897	1.396.723
Contas a receber de clientes	5.4	16.850	18.558	482.112	421.322
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	47.527	69.736	48.813	826.340
Estoques	5.10	1.576	1.102	228.923	249.318
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	140.082	61.383	36.697	46.179
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.957	32.899	177.652	134.928
Outros tributos a recuperar	5.9	35.570	57.674	421.156	350.883
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		682	166.900	42	3.195
Outros ativos		12.318	14.908	111.759	147.262
Ativo circulante		1.161.028	2.069.803	12.381.244	11.354.756
Contas a receber de clientes	5.4	-	867	21.204	7.170
Caixa restrito	5.3	87	79	27.809	34.562
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		85.004	-	285.931	40.707
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	-	-	1.662.572	1.270.621
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	1.010.045	1.009.516	112.222	94.466
Outros tributos a recuperar	5.9	-	-	764.987	790.447
Depósitos judiciais	5.15	31.330	32.216	304.033	330.602
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	327.341	322.920	1.626.008	3.162.184
Outros ativos		2.877	23.735	39.552	51.061
Investimentos em controladas e coligadas	5.11	19.470.074	17.716.404	57.844	50.714
Propriedades para investimentos	5.12.1	180.534	-	-	-
Imobilizado	5.12.2	152.280	120.284	15.974.562	13.646.248
Intangíveis	5.12.3	308.515	310.696	7.131.645	7.251.432
Direito de uso	5.12.4	-	-	7.784.941	7.823.401
Ativo não circulante		21.568.087	19.536.717	35.793.310	34.553.615
Total do ativo		22.729.115	21.606.520	48.174.554	45.908.371

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	251.255	482.421	1.222.674	2.504.223
Passivos de arrendamento	5.6	-	-	382.836	510.701
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	294.571	-	576.749	-
Fornecedores	5.7	63.429	72.291	618.658	754.542
Ordenados e salários a pagar		9.595	865	255.963	139.058
Imposto de renda e contribuição social correntes		197	165	40.430	11.555
Outros tributos a pagar	5.13	1.728	10.008	56.046	62.602
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		41.003	5.250	43.780	7.937
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	-	-	160.771	158.705
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	60.627	241.134	201.660	164.949
Receitas diferidas		2.802	2.802	6.560	6.278
Outros passivos financeiros	5.1	-	-	576.786	413.470
Outras contas a pagar		35.317	17.801	298.079	122.139
Passivo circulante		760.524	832.737	4.440.992	4.856.159
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	4.948.212	3.934.121	19.956.074	17.407.815
Passivos de arrendamento	5.6	-	-	2.724.044	2.401.617
Outros tributos a pagar	5.13	-	-	396	2.123
Provisão para demandas judiciais	5.15	103.119	52.808	681.079	473.104
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	-	-	2.893.477	2.824.637
Provisão para passivo a descoberto	5.11	1.986.962	1.722.771	-	-
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	39.611	37.212	-	-
Outros passivos financeiros	5.1	-	-	-	31.425
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	66.351	18.650	2.359.665	2.514.928
Receitas diferidas		13.308	16.110	36.440	43.000
Outras contas a pagar		15.607	8.505	63.824	57.236
Passivo não circulante		7.173.170	5.790.177	28.714.999	25.755.885
Total do passivo		7.933.694	6.622.914	33.155.991	30.612.044
Patrimônio líquido	5.17				
Capital social		12.547.842	16.054.906	12.547.842	16.054.906
Ações em tesouraria		(15.995)	(10.005)	(15.995)	(10.005)
Reserva de capital		2.223.031	2.416.193	2.223.031	2.416.193
Ajustes de avaliação patrimonial		33.016	29.576	33.016	29.576
Reservas de lucros		7.527	253.599	7.527	253.599
Resultado acumulado		-	(3.760.663)	-	(3.760.663)
Patrimônio líquido atribuível aos:		14.795.421	14.983.606	14.795.421	14.983.606
Acionistas controladores		14.795.421	14.983.606	14.795.421	14.983.606
Acionistas não controladores	5.11	-	-	223.142	312.721
Total do patrimônio líquido		14.795.421	14.983.606	15.018.563	15.296.327
Total do passivo e patrimônio líquido		22.729.115	21.606.520	48.174.554	45.908.371

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados do exercício
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	6.1	772.714	950.269	7.439.632	6.966.159
Custos dos serviços prestados	6.2	(666.587)	(731.144)	(5.352.040)	(4.721.507)
Lucro bruto		106.127	219.125	2.087.592	2.244.652
Despesas comerciais	6.2	60	594	(38.959)	(30.670)
Despesas gerais e administrativas	6.2	(38.106)	(33.558)	(472.739)	(406.975)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	278	23.507	(69.017)	128.387
Despesas operacionais		(37.768)	(9.457)	(580.715)	(309.258)
Resultado antes da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		68.359	209.668	1.506.877	1.935.394
Equivalência patrimonial	5.11	370.437	267.670	12.857	13.087
Resultado de equivalência patrimonial		370.437	267.670	12.857	13.087
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		438.796	477.338	1.519.734	1.948.481
Despesas financeiras		(785.260)	(472.186)	(2.712.877)	(1.894.425)
Receitas financeiras		209.165	88.693	399.134	176.990
Variação cambial, líquida		(42.910)	(72.588)	(489.952)	(1.577.342)
Derivativos e valor justo		378.448	328.043	1.443.755	1.820.960
Resultado financeiro líquido	6.4	(240.557)	(128.038)	(1.359.940)	(1.473.817)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		198.239	349.300	159.794	474.664
Imposto de renda e contribuição social	5.14				
Corrente		-	(33.487)	(550.528)	(241.863)
Diferido		(47.701)	(18.650)	546.475	71.874
Resultado do exercício		(47.701)	(52.137)	(4.053)	(169.989)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		150.538	297.163	150.538	297.163
Acionistas não controladores		-	-	5.203	7.512
Resultado por ação:	6.6				
Básico				R\$0,08124	R\$0,17857
Diluído				R\$0,08104	R\$0,17810

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

(Em milhares de Reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	150.538	297.163	155.741	304.675
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ganhos atuariais com plano de pensão	960	571	1.032	865
Tributos sobre (ganhos) atuariais	-	-	(72)	(294)
	960	571	960	571
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(445)	-	(445)	-
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	2.925	7.958	2.925	7.958
	2.480	7.958	2.480	7.958
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	3.440	8.529	3.440	8.529
Resultado abrangente total	153.978	305.692	159.181	313.204
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	153.978	305.692	153.978	305.692
Acionistas não controladores	-	-	5.203	7.512

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Companhia							Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Total		
Saldo em 01 de janeiro de 2021	16.054.906	(10.005)	2.416.193	253.599	29.576	(3.760.663)	14.983.606	312.721	15.296.327
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	150.538	150.538	5.203	155.741
Outros resultados abrangentes:									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	2.925	-	2.925	-	2.925
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	960	-	960	-	960
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	(445)	-	(445)	-	(445)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	3.440	150.538	153.978	5.203	159.181
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	34.119	-	-	-	34.119	579	34.698
Exercício de opção de ações	-	23.761	(33.936)	-	-	-	(10.175)	-	(10.175)
Redução de capital (Nota 4.4)	(3.507.064)	-	-	(253.599)	-	3.760.663	-	-	-
Constituição de reserva de capital	-	-	107.258	-	-	(107.258)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	7.527	-	(7.527)	-	-	-
Efeito de distribuição de dividendos para não controladores	-	-	(120)	-	-	-	(120)	120	-
Ações próprias adquiridas	-	(29.751)	-	-	-	-	(29.751)	-	(29.751)
Dividendos	-	-	-	-	-	(35.753)	(35.753)	(7.156)	(42.909)
Total das transações com e para acionistas	(3.507.064)	(5.990)	107.321	(246.072)	-	3.610.125	(41.680)	(6.457)	(48.137)
Transações com os acionistas									
Aquisição de participação societária em controlada com redução de participação de não controlador (Nota 4.7)	-	-	(300.483)	-	-	-	(300.483)	(88.325)	(388.808)
Total das transações com os acionistas	-	-	(300.483)	-	-	-	(300.483)	(88.325)	(388.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.547.842	(15.995)	2.223.031	7.527	33.016	-	14.795.421	223.142	15.018.563

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Companhia						Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados		
Saldo em 01 de janeiro de 2020	9.654.897	-	2.472.559	305.728	21.077	(4.109.985)	8.344.276	270.011
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	297.163	297.163	7.512
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	7.958	-	7.958	-
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	571	-	571	-
Ajuste reflexo de custo atribuído em coligadas	-	-	-	-	(30)	30	-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	8.499	297.193	305.692	7.512
Contribuição e distribuições para os acionistas								
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	13.536	-	-	-	13.536	194
Opções sobre ações exercidas	-	-	(4.819)	-	-	-	(4.819)	-
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	-	-	(64)	-	-	-	(64)	64
Aumento de capital (Nota 5.17)	6.400.009	-	-	-	-	-	6.400.009	-
Gastos com emissões de ações	-	-	(65.019)	-	-	-	(65.019)	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(52.129)	-	52.129	-	-
Ações próprias adquiridas	-	(10.005)	-	-	-	-	(10.005)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.280)
Total das transações com e para acionistas	6.400.009	(10.005)	(56.366)	(52.129)	-	52.129	6.333.638	(3.022)
Transações com os acionistas								
Aperto de não controlador em controlada	-	-	-	-	-	-	-	38.220
Total das transações com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	38.220
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.054.906	(10.005)	2.416.193	253.599	29.576	(3.760.663)	14.983.606	312.721
								15.296.327

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		198.239	349.300	159.794	474.664
Ajustes para:					
Depreciação, amortização e redução ao valor recuperável, líquido		105.041	100.700	1.830.683	1.859.511
Equivaléncia patrimonial em controladas e associadas	5.11	(370.437)	(267.670)	(12.857)	(13.087)
Provisão para participações nos resultados e bônus		12.207	5.488	180.899	47.505
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	6.3	63	-	(30.325)	(42.576)
Provisão de demandas judiciais	6.3	36.632	8.286	152.185	86.745
(Ganho) perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(60)	(594)	(159)	903
Transações com pagamento baseado em ações		22.632	13.206	24.522	13.730
Reversão de arrendamento e concessão em litígio		-	-	-	(379.636)
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	(988)	(3.453)	(49.894)	(102.576)
Provisão de <i>take or pay</i>		-	-	(53.858)	(8.542)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		269.762	160.026	1.589.342	1.537.425
Outros		(2.802)	(2.879)	(4.412)	(378)
		270.289	362.410	3.785.920	3.473.688
Variação em:					
Contas a receber de clientes		4.291	6.168	8.266	13.259
Partes relacionadas, líquidas		(203.641)	168.632	(6.672)	(22.959)
Outros tributos, líquidos		(89.633)	(42.317)	(254.425)	(78.099)
Estoques		(474)	(65)	(5.348)	(4.100)
Ordenados e salários a pagar		2.122	(1.519)	(54.717)	(93.832)
Fornecedores		(11.667)	31.124	(22.743)	126.350
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados a pagar		-	-	(52.160)	(51.947)
Provisão para demandas judiciais		(15.788)	(13.144)	(102.826)	(157.238)
Outros passivos financeiros		-	-	47.216	(61.095)
Outros ativos e passivos, líquidos		23.399	(48.119)	(2.496)	(237.758)
		(291.391)	100.760	(445.905)	(567.419)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de operacionais		(21.102)	463.170	3.340.015	2.906.269
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aumento de capital em controlada	5.11	(2.385.529)	(6.616.713)	-	-
Títulos e valores mobiliários		(26.136)	440.361	29.517	378.672
Caixa restrito		(8)	3.432	57.494	124.330
Dividendos recebidos de controladas e associadas		1.034.402	553.374	8.052	3.900
Adições ao imobilizado e intangível		(253.682)	(6.807)	(3.453.407)	(2.979.213)
Mútuos concedidos		161.075	(1.006.000)	-	-
Caixa recebido de venda de outros ativos permanentes		-	-	3.090	3.045
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento		(1.469.878)	(6.632.353)	(3.355.254)	(2.469.266)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	2.137.343	963.591	7.891.131	6.172.611
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(1.036.835)	(109.604)	(6.631.342)	(653.002)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(416.787)	(122.704)	(1.106.024)	(688.393)
Amortização de principal de arrendamento mercantil	5.6	-	(192)	(443.096)	(5.400.245)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	5.6	-	(10)	(156.372)	(495.146)
Aquisição de participação de não controlador		-	-	(388.739)	-
Integralização de capital, líquido de custos de emissão de ações		-	6.306.106	-	6.316.106
Compra de ações em tesouraria		(29.751)	(10.006)	(29.751)	(10.005)
Pagamento instrumentos financeiros derivativos		(914)	(3.161)	(507.514)	(4.904)
Recebimento instrumentos financeiros derivativos		61.059	13.124	2.676.669	184.541
Dividendos pagos		-	-	(7.084)	(1.959)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		714.115	7.037.144	1.297.878	5.419.604
Impacto da variação cambial nos saldos de caixa e equivalente de caixa		-	-	386.948	(41.015)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(776.865)	867.961	1.669.587	5.815.592
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.568.667	700.706	7.778.606	1.963.014
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		791.802	1.568.667	9.448.193	7.778.606
Informação suplementar:					
Imposto de renda e contribuição social pagos		640	3.457	73.649	11.876

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
(Em milhares de Reais – R\$)

- **Transações que não envolveram caixa**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$ 57.507 (R\$ 3.522.469 em 31 de dezembro de 2020), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil (Nota 5.12.4).
- (ii) Aquisição de ativos imobilizados com pagamento a prazo no montante de R\$ 115.069 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 289.198 em 31 de dezembro de 2020).

- **Apresentação de juros e dividendos**

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações.

Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento, pois são considerados os custos de obtenção de recursos financeiros para aplicação em ativos imobilizados e intangíveis

.

Demonstrações do valor adicionado

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	826.317	1.004.507	7.900.613	7.335.839
Outras receitas operacionais, líquidas	1.028	7.033	115.349	468.973
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	60	594	159	(903)
	827.405	1.012.134	8.016.121	7.803.909
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(523.373)	(686.540)	(2.832.634)	(2.253.066)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(78.058)	58.416	(629.102)	(319.757)
Perda por valor recuperável de ativos	-	-	-	(143.984)
	(601.431)	(628.124)	(3.461.736)	(2.716.807)
Valor adicionado bruto	225.974	384.010	4.554.385	5.087.102
Retenções				
Depreciação e amortização	(105.041)	(100.700)	(1.830.683)	(1.715.527)
	(105.041)	(100.700)	(1.830.683)	(1.715.527)
Valor adicionado líquido produzido	120.933	283.310	2.723.702	3.371.575
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	370.437	267.670	12.857	13.087
Aluguéis recebidos	39.202	25.200	-	-
Receitas financeiras	209.165	88.693	399.134	176.990
	618.804	381.563	411.991	190.077
Valor adicionado total a distribuir	739.737	664.873	3.135.693	3.561.652
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	77.450	38.209	1.029.430	809.479
Remuneração direta	68.686	27.298	758.716	578.793
Benefícios	8.186	7.202	234.337	192.729
FGTS	578	3.709	36.377	37.957
	60.485	112.332	52.686	652.507
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	56.679	110.271	194.858	511.222
Estaduais	1.685	909	(196.924)	104.047
Municipais	2.121	1.152	54.752	37.238
	451.264	217.169	1.897.836	1.794.991
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	449.722	216.731	1.759.074	1.650.807
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	1.542	438	138.762	144.184
	150.538	297.163	155.741	304.675
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	35.753	-	35.753	-
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	5.203	7.512
Resultado do exercício	114.785	297.163	114.785	297.163
	739.737	664.873	3.135.693	3.561.652

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da Companhia e do Grupo

1.1 Contexto operacional

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte e elevação), principalmente destinados à exportação de *commodities*, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. (“Rumo Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”), Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”), Rumo Malha Oeste S.A. (“Rumo Malha Oeste”) e Rumo Malha Central S.A. (“Rumo Malha Central”) por meio da qual alcançou os estados de Goiás e Tocantins. Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres, enquanto a Elevações Portuárias S.A. (“Elevações Portuárias”) conta com terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

Em 20 de setembro de 2021 a Companhia celebrou o Contrato de Adesão junto ao Estado do Mato Grosso, tendo como objeto a construção, operação, exploração e conservação, por meio de autorização, sob o regime de direito privado, aceitando todas as despesas e riscos operacionais, de ferrovia que conecta, de modo independente, o terminal rodoviário de Rondonópolis/MT à Cuiabá/MT e à Lucas do Rio Verde/MT. O projeto representa uma extensão da operação na região Centro-Oeste.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários

A Companhia detém, por meio de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Rumo S.A.	Setembro de 2066	Mato Grosso
Controladas		
Elevações Portuárias S.A.	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Rumo Malha Paulista S.A.	Dezembro de 2058	Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul S.A.	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste S.A.	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Norte S.A.	Maio de 2079	Centro-Oeste
Rumo Malha Central S.A.	Julho de 2049	Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Portofer Ltda.	Junho de 2025	Porto de Santos-SP
Coligadas		
Terminal XXXIX S.A.	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP

As controladas e coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12–Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Subsidiárias:

As demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia Incluem:

Controladas	Participação direta e indireta	
	31/12/2021	31/12/2020
Logispot Armazéns Gerais S.A.	51,00%	51,00%
Elevações Portuárias S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Luxembourg Sarl	100,00%	100,00%
Rumo Intermodal S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Paulista S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Sul S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	99,74%	99,74%
Rumo Malha Central S.A.	100,00%	100,00%
Boswells S.A.	100,00%	100,00%
ALL Argentina S.A.	100,00%	100,00%
Paranaquá S.A.	100,00%	100,00%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	100,00%
Portofer Ltda.	100,00%	100,00%
Brado Logística e Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	77,65%	62,22%
Brado Logística S.A. ⁽ⁱ⁾	77,65%	62,22%
ALL Mesopotâmica S.A.	70,56%	70,56%
ALL Central S.A.	73,55%	73,55%
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A	100,00%	100,00%
Terminal São Simão S.A.	51,00%	51,00%

- (i) A Companhia encerrou o procedimento arbitral que movia contra os não controladores da Brado Logística e Participações S.A, adquirindo a participação de 15,43% do capital social (Nota 4.7), o que levou a Rumo a aumentar sua participação para 77,65%.

b) Associadas:

A Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2020), 19,85% na Termag S.A. (19,85% em 2020), 9,92% na TGG S.A. (9,92% em 2020) e 49,62% no Terminal XXXIX S.A. (49,62% em 2020). A Administração entende que existe influência significativa decorrente da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Controle do Grupo:

Após a reorganização societária ocorrida em 1 de março de 2021 a Companhia passou a ser controlada direta da Cosan S.A. (“Cosan”), que detém 30,34% do seu capital, incluindo ações em tesouraria, listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (*ticker* - CSAN).

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2021.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira continua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- **Nota 5.12.1 – Propriedade para investimento:** Na classificação do arrendamento da propriedade da controladora como arrendadora.

Incógnitas sobre premissas e estimativas:

As incógnitas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.12.2 e 5.12.3 – Imobilizado e intangível:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 6.5 - Pagamentos com base em ações:** Estimativa de perda de instrumentos durante o período de “vesting”;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano e o peso argentino.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são:

Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Dólar americano (USD)	5,5805	5,1967
Peso argentino (ARS)	0,0544	0,0619

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. **6.5** - Pagamento com base em ações;
- ii. **5.8** - Instrumentos financeiros derivativos.

Os títulos das Sénior Notes cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (“LuxSE”) apresentaram o seguinte comportamento, em percentual do valor nominal de face:

Empréstimo	Empresa	31/12/2021	31/12/2020
Sénior Notes 2024 ⁽ⁱ⁾	Rumo Luxembourg	-	104,17%
Sénior Notes 2025	Rumo Luxembourg	103,04%	105,96%
Sénior Notes 2028	Rumo Luxembourg	103,32%	108,75%
Sénior Notes 2032 ⁽ⁱⁱ⁾	Rumo Luxembourg	94,37%	-

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia pré-pagou a dívida, conforme Nota 4.3.
- (ii) Captação realizada durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2021, conforme Nota 4.8.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
	Valor contábil		31/12/2021	31/12/2020
	31/12/2021	31/12/2020	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	1.425.897	1.396.723	1.425.897	1.396.723
Instrumentos financeiros derivativos	1.674.821	3.988.524	1.674.821	3.988.524
Total	<u>3.100.718</u>	<u>5.385.247</u>	<u>3.100.718</u>	<u>5.385.247</u>
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	(576.749)	-	(576.749)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(12.325.852)	(10.925.462)	(12.325.852)	(10.925.462)
Total	<u>(12.902.601)</u>	<u>(10.925.462)</u>	<u>(12.902.601)</u>	<u>(10.925.462)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações no CPC 38 e CPC 48 (IFRS 9) – decorrentes da reforma da taxa de juros de referência europeia;
- Alteração no CPC 15 (IFRS 3) - a respeito das alterações na estrutura conceitual;
- Alterações no CPC 27 (IAS 16) - quanto as receitas antes do uso;
- CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguros;
- Alterações no CPC 26 (IAS 1) - quanto a classificação de passivos (circulante e não circulante);
- Alteração no CPC 23 (IAS 8) - quanto a mudanças de estimativas contábeis; e
- Alterações no CPC 32 (IAS 12) - quanto a tributos diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	2.819.027	2.614.419
Contas a receber de clientes	18.876	7.117
Fornecedores	(3.365)	(55.572)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.727.064)	(11.091.184)
Derivativos de taxa de câmbio	5.920.072	8.500.680
Passivo de arrendamento	(108.365)	(99.217)
	(80.819)	(123.757)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2021, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	31/12/2021				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do câmbio	60.366	780.215	1.500.063	(659.482)	(1.379.331)
Contas a receber de clientes	Flutuação do câmbio	458	5.292	10.125	(4.375)	(9.209)
Fornecedores	Flutuação do câmbio	(29)	805	1.640	(863)	(1.697)
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	128.261	1.640.345	3.152.428	(1.383.822)	(2.895.905)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do câmbio	(188.370)	(2.417.228)	(4.646.087)	2.040.489	4.269.347
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	(2.321)	(29.992)	(57.663)	25.351	53.022
Impactos no resultado do exercício		(1.635)	(20.563)	(39.494)	17.298	36.227

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2021. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2021	Provável	25%	50%	-25%	-50%	Cenários
Dólar	5.5805	5.7000	7.1250	8.5500	4.2750	2.8500	
Euro	6.3210	6.5550	8.1938	9.8325	4.9163	3.2775	

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias possuem instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2021				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	964.300	1.205.375	1.446.450	723.225	482.150
Títulos e valores mobiliários	158.956	198.695	238.434	119.217	79.478
Caixa restrito	3.179	3.974	4.768	2.384	1.589
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.151.268)	(1.337.688)	(1.524.108)	(964.848)	(778.428)
Derivativos de taxa de juros e câmbio	(982.504)	(1.255.354)	(1.528.205)	(709.654)	(436.803)
Passivo de arrendamento	(371.433)	(371.433)	(371.433)	(371.433)	(371.433)
Arrendamento e concessão parcelados	(121.902)	(152.377)	(182.853)	(91.426)	(60.951)
Outros passivos financeiros	(71.996)	(88.073)	(104.151)	(55.918)	(39.840)
Impactos no resultado do exercício	(1.572.668)	(1.796.881)	(2.021.098)	(1.348.453)	(1.124.238)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
CDI	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
TJLP	6,60%	8,25%	9,90%	4,95%	3,30%
IPCA	4,61%	5,76%	6,91%	3,46%	2,30%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	9.448.193	7.778.606
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	1.425.897	1.396.723
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	27.809	34.562
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	503.316	428.492
Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾	148.919	140.645
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	1.674.821	3.988.524
	13.228.955	13.767.552

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é o valor registrado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes a partir da qualidade do crédito do cliente, que é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A". O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

31/12/2021	
AA	1.442.359
AAA	10.557.612
Total	<u>11.999.971</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2021				31/12/2020	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.330.327)	(1.038.976)	(4.839.846)	(20.267.406)	(27.476.555)	(25.468.560)
Fornecedores	(618.658)	-	-	-	(618.658)	(754.542)
Outros passivos financeiros	(576.786)	-	-	-	(576.786)	(413.470)
Parcelamento de débitos tributários	(902)	-	-	-	(902)	(2.903)
Passivo de arrendamento	(394.130)	(392.960)	(1.078.341)	(13.612.803)	(15.478.234)	(14.240.845)
Arrendamento e concessão parcelados	(187.972)	(201.876)	(198.532)	(596.696)	(1.185.076)	(1.219.188)
Pagáveis a partes relacionadas	(201.660)	-	-	-	(201.660)	(164.949)
Dividendos a pagar	(43.780)	-	-	-	(43.780)	(7.937)
Instrumentos financeiros derivativos	(527.935)	(570.300)	(218.610)	2.414.918	1.098.073	3.988.524
	(3.882.150)	(2.204.112)	(6.335.329)	(32.061.987)	(44.483.578)	(38.283.870)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3.2 Informação por segmento

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Em fevereiro de 2021 a Rumo Malha Central iniciou sua fase operacional, e devido a sua operação estar interligada às das Malhas Paulista e Norte, a Administração da Companhia decidiu apresentar os efeitos da operação Central junto aos da operação Norte. Os saldos da Operação Central relativos ao exercício de 31 de dezembro 2020 foram reclassificados para Operação Norte para fins comparativos, e figuram como “reapresentados”.

Segmentos operacionais

A gestão da Companhia está estruturada em três segmentos:

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, da Elevações Portuárias, da Rumo Malha Norte, da Rumo Malha Central e da Rumo Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- (iii) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exercício:	31/12/2021				31/12/2020			
Resultado por Unidade de Negócio	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado	Operações Norte (reapresentado)	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado
Receita líquida	5.479.583	1.624.084	335.965	7.439.632	5.270.435	1.409.872	285.852	6.966.159
Custo dos serviços prestados	(3.523.822)	(1.499.951)	(328.266)	(5.352.040)	(3.132.957)	(1.294.591)	(293.959)	(4.721.507)
Lucro bruto	1.955.761	124.133	7.699	2.087.593	2.137.478	115.281	(8.107)	2.244.652
Margem bruta (%)	35,69%	7,64%	2,29%	28,06%	40,56%	8,18%	-2,84%	32,22%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(384.204)	(91.982)	(35.514)	(511.698)	(313.264)	(84.914)	(39.468)	(437.646)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	(17.912)	(61.569)	23.321	(56.160)	260.789	(143.908)	24.593	141.474
Depreciação e amortização	1.254.350	521.847	54.486	1.830.683	1.155.804	487.614	72.109	1.715.527
EBITDA	2.807.996	492.429	49.992	3.350.417	3.240.807	374.073	49.127	3.664.007
Margem EBITDA (%)	51,24%	30,32%	14,88%	45,03%	61,49%	26,53%	17,19%	52,60%
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	143.984	-	143.984
EBITDA ajustado	2.807.996	492.429	49.992	3.350.417	3.240.807	518.057	49.127	3.807.991
Margem EBITDA ajustado (%)	51,24%	30,32%	14,88%	45,03%	61,49%	36,74%	17,19%	54,66%

3.2.1 Principais clientes

A Companhia em 2021 possui um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,04%, da receita operacional líquida do ano de 2021 com um valor aproximado de R\$ 660.860. Em 2020 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 10,61% da receita líquida com um valor aproximado de R\$ 633.140.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	8.321	2.028	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	20.786	2.061	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	1.276	1.289	-	-
Rumo Malha Central S.A.	2.169	3.882	-	-
Raízen S.A.	6	149	10.351	7.841
Raízen Energia S.A.	4.787	7.776	11.984	23.287
Brado Logística S.A	32	32	-	-
Elevações Portuárias S.A.	2.155	2.642	-	-
Terminal São Simão S.A.	162	-	-	-
ALL Argentina	48.615	-	-	-
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	14.286	14.286
Outros	353	394	76	765
	88.662	20.253	36.697	46.179
Operações financeiras e societárias				
Rumo Maha Central S.A.	51.420	41.130	-	-
	51.420	41.130		
	140.082	61.383	36.697	46.179
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	64.286	48.571
Raízen S.A.	-	-	47.731	45.709
	-	-	112.017	94.280
Operações financeiras e societárias				
Logispot Armazéns Gerais S.A.	6.720	6.190	-	-
Rumo Malha Central S.A.	1.000.000	1.000.000	-	-
Outros	3.325	3.326	205	186
	1.010.045	1.009.516	205	186
	1.010.045	1.009.516	112.222	94.466
Total	1.098.707	1.029.769	148.919	140.645

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	6.333	6.307	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	9.298	12.180	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	35.136	213.386	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	141	857	-	-
Raízen S.A.	1	-	168.914	142.979
Raízen Energia S.A.	4.588	4.822	19.036	12.992
Cosan S.A.	1.099	1.126	3.930	3.298
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	-	352	5.139	4.543
Logispot Armazéns Gerais S.A.	1.254	457	-	-
Elevações Portuárias S.A.	1.674	632	-	-
Outros	1.103	1.015	4.641	1.137
	60.627	241.134	201.660	164.949
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
Boswells S.A.	34.878	32.479	-	-
Outros	4.733	4.733	-	-
	39.611	37.212	-	-
Total	100.238	278.346	201.660	164.949

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	237.484	316.605	363.576	456.705
Raízen S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	173.374	150.949
Rumo Malha Norte S.A.	34.781	16.966	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	273.152	314.252	-	-
Elevações Portuárias S.A.	25.200	25.200	-	-
Outros	9.711	-	21.923	4.862
	580.328	673.023	558.873	612.516
Compras de produtos / insumos				
Raízen S.A. ^(iv)	-	-	(1.540.181)	(1.128.479)
Logispot Armazéns Gerais S.A.	(3.620)	(3.963)	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ^(v)	(204.557)	(216.949)	-	-
Raízen Energia S.A.	-	-	(2.431)	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(vi)	(27)	(9)	(56.652)	(37.263)
Rumo Malha Sul S.A.	(26.810)	(9.349)	-	-
Outros	-	-	(439)	(2.400)
	(235.014)	(230.270)	(1.599.703)	(1.168.142)
Despesa compartilhada				
Cosan S.A. ^(vii)	(2.486)	(4.501)	(3.571)	(4.501)
Elevações Portuárias S.A.	2.594	1.658	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	807	483	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	17.217	10.224	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	11.392	5.775	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	11.844	4.485	-	-
Rumo Malha Central S.A.	868	-	-	-
Terminal São Simão S.A.	110	-	-	-
Raízen Energia S.A. ^(vii)	-	(299)	(30.454)	(30.874)
	42.346	17.825	(34.025)	(35.375)
Resultado financeiro				
Rumo Malha Central S.A.	176.153	41.130	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	(17.794)	(25.238)	-	-
Outros	(1.867)	(7.288)	136	47
	156.492	8.604	136	47

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 para a Raízen Energia e suas controladas se refere principalmente à transporte, armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado.
- (ii) Prestação de serviços de transporte de combustíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 para a Raízen Combustíveis e suas controladas, contratada em condições de mercado.
- (iii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item v).
- (iv) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (v) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista, firmado em condições de mercado.
- (vi) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 junto à Cosan Lubrificantes, a condições de mercado.
- (vii) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo	31.607	28.172
Transações com pagamentos baseados em ações	23.571	5.660
	<u>55.178</u>	<u>33.832</u>

4.2 Pandemia de COVID 19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente o surto de Covid-19 como uma pandemia global. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil, incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visaram retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como afirmar que novas medidas restritivas não venham a ser implementadas.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos indicadores de perda por *impairment*.

4.3 Pré-pagamento Senior Notes 2024

Em 26 de março de 2021 a Companhia efetuou o pré-pagamento da Senior Notes 2024, no valor de USD 750.000, equivalente a R\$ 4.149.750, com vencimento original em fevereiro de 2024, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em fevereiro de 2017. Os derivativos contratados para proteção da operação foram liquidados no mesmo período.

4.4 Redução do capital social e reservas de lucro da Companhia mediante absorção de prejuízos acumulados

Em 27 de abril de 2021 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Administração propôs a absorção da totalidade dos prejuízos acumulados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2020, no valor de R\$ 3.760.663, com reservas de lucros de R\$ 253.599 e com capital social no valor de R\$ 3.507.064, sem cancelamento de ações.

4.5 Emissão de debêntures Rumo Malha Paulista S.A.

Em 19 de abril de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a 2ª emissão de debêntures simples da controlada Rumo Malha Paulista, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries de R\$ 750.000 com valor total de R\$1.500.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A primeira série tem o prazo de seis anos a um custo médio de CDI +1,69%. Já a segunda tem o prazo de dez anos a um custo médio de IPCA + 4,60%. As duas séries terão pagamentos de juros semestrais e os recursos dessa captação serão utilizados para investimento.

4.6 Emissão de debêntures Rumo S.A.

Em 06 de julho de 2021 a Companhia captou um montante de R\$ 1.043.434 referente a 16^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 784.619, com taxa de IPCA+4,50% e prazo de 10 anos, enquanto a segunda é de R\$ 258.815 com taxa de IPCA+4,54% e prazo de 15 anos. Ambas as séries terão pagamentos de juros semestrais e amortização de principal nos 3 últimos anos. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento.

4.7 Aquisição de participação da Brado Logística e Participações S.A

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2021 a Companhia encerrou definitivamente o procedimento arbitral existente com os acionistas não controladores da Brado Logística e Participações S.A. (Logística Brasil – Fundo de Investimento e Participação, Dimitro Markakis e Deminvest Empreendimentos e Participações), adquirindo por meio da controlada ALL Armazéns Gerais Ltda., por R\$ 388.739, 2.000.000 ações, que representam 15,42% do capital social, elevando a participação da Companhia para 77,65%, gerando um efeito no patrimônio líquido da controladora de R\$ 300.483 e de R\$ 88.325 pela redução da participação de não controladores.

4.8 Captação Senior Notes 2032

Em 22 de setembro de 2021, a Companhia captou recursos no exterior através de emissão de Bond (Senior Notes) com metas sustentáveis vinculadas à redução na emissão de gás carbônico (*Sustainability-Linked Bonds - SLBs*), no montante de USD 500.000 mil, equivalente a R\$ 2.719.700 em 30 de setembro de 2021, com taxa pré fixada de 4,20%a.a. e vencimento em janeiro de 2032 (Nota 5.5). Os recursos líquidos dessa operação serão destinados à propósitos corporativos, incluindo o pré-pagamento de dívidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.9 3º Emissão de debêntures Rumo Malha Paulista

Em 22 de outubro de 2021, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples da controlada Rumo Malha Paulista, não conversíveis em ações, da espécie quiografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries de R\$ 750.000 e R\$ 500.000 com valor total de R\$1.250.000. A emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 17 de setembro de 2021.

A primeira série tem o prazo de seis anos a um custo de CDI + 1,30% enquanto a segunda tem o prazo de doze anos indexada a IPCA + 5,73%. As duas séries terão pagamentos de juros semestrais e do principal no vencimento. Os recursos dessa captação serão utilizados no âmbito de seus negócios de gestão ordinária e investimentos em infraestrutura.

4.10 Processo administrativo

Em 3 de novembro de 2021, foi proferida decisão no processo administrativo que tramita perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), para apurar representação formulada por um ex-cliente em face da Companhia, considerando o mercado de açúcar operado pela concessão da Rumo Malha Paulista S.A. (controlada da Companhia).

No julgamento do processo administrativo, dentre outros pontos, condenou a Companhia ao pagamento de multa no valor de R\$ 247.173, decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão.

Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Companhia avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R\$ 22.761 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.11 Eventos subsequentes

Em 18 de janeiro de 2022, a Companhia efetuou o pré-pagamento da Senior Notes 2025, no valor de USD 500.000, equivalente a R\$ 2.780.550, com vencimento original em janeiro de 2025, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em janeiro de 2018. Os derivativos contratados para proteção da operação foram parcialmente liquidados na proporção de 50%, o saldo remanescente (USD 250.000) foi designado para a operação com vencimento em 2032.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	1.425.897	1.396.723
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.674.821	3.988.524
		3.100.718	5.385.247
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	9.448.193	7.778.606
Contas a receber de clientes	5.4	503.316	428.492
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	148.919	140.645
Caixa restrito	5.3	27.809	34.562
		10.128.237	8.382.305
Total		13.228.955	13.767.552
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	8.852.896	8.986.576
Passivos de arrendamento	5.6	3.106.880	2.912.318
Fornecedores	5.7	618.658	754.542
Outros passivos financeiros	3.1	576.786	413.470
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	201.660	164.949
Dividendos a pagar		43.780	7.937
Arrendamento e concessão parcelados	5.16	1.145.450	1.154.919
Parcelamento de débitos tributários	5.13	649	2.791
		14.546.759	14.397.502
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	576.749	-
Empréstimos e financiamentos	5.5	12.325.852	10.925.462
		12.902.601	10.925.462
Total		27.449.360	25.322.964

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 576.786 (R\$ 413.470 em 31 de dezembro de 2020). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 10,60% a.a. (3,00% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dessas operações gira em torno de 90 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	1.264	511	946.000	2.815.882
Aplicações financeiras	790.538	1.568.156	8.502.193	4.962.724
	791.802	1.568.667	9.448.193	7.778.606

As aplicações financeiras são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	-	-	145.761	-
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	790.538	1.568.156	6.434.419	4.904.934
Outras aplicações ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	1.922.013	57.790
	790.538	1.568.156	8.502.193	4.962.724

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 101,6% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2021 (102,1% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.
- (ii) Refere-se basicamente a aplicações em *time deposits* nos bancos Bradesco Cayman e Banco do Brasil London relativos aos valores da Rumo Luxemburgo, pela captação da Senior Notes (Bond) com vencimento em 2032, com remuneração ponderada de 49 bps (0,47% ao ano) em 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos (i)	109.057	71.302	1.416.958	1.272.316
Certificados de depósitos bancários (ii)	-	6.258	1.052	116.963
Letras financeiras (iii)	607	416	7.887	7.444
	109.664	77.976	1.425.897	1.396.723

(i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

(ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.

(iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	20.000	-
Valores depositados em garantia	87	79	7.809	34.562
	87	79	27.809	34.562

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	17.470	20.105	462.301	382.806
Mercado externo	-	-	46.979	51.365
	17.470	20.105	509.280	434.171
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(620)	(680)	(5.964)	(5.679)
	(620)	(680)	(5.964)	(5.679)
Total	16.850	19.425	503.316	428.492
Circulante	16.850	18.558	482.112	421.322
Não circulante	-	867	21.204	7.170
Total	16.850	19.425	503.316	428.492

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	9.771	17.635	436.778	282.671
Vencidas				
Até 30 dias	6.692	1.380	22.816	111.164
De 31 a 60 dias	42	170	1.283	9.276
De 61 a 90 dias	-	93	18.323	8.906
Mais de 90 dias	965	827	30.080	22.154
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(620)	(680)	(5.964)	(5.679)
	16.850	19.425	503.316	428.492

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(1.887)	(5.486)
Provisões	(291)	(7.277)
Reversões e baixas	1.498	7.084
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(680)	(5.679)
Provisões	(126)	(4.218)
Reversões e baixas	186	3.933
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(620)	(5.964)

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Indexador	Taxa média anual de juros ⁽ⁱ⁾	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Vencimento final	Objetivo
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020		
Com garantia										
Finame (BNDES)	Pré-fixado URTJLP	5,69% 10,34%	214.134	291.547	461.756	-	647.435 396	jan/2025 mar/2022	Investimento	
Finem (BNDES)	Pré-fixado URTJLP	3,50% 7,49%	-	-	727	1.077	1.077 796	jan/2024 dez/2029	Investimento	
NCE	IPCA	7,46%	511	24.610	2.598.623	3.321.839	3.321.839 796	nov/2021	Investimento	
	CDI + 1,03%	10,79%	-	-	86.707	82.185	82.185 505.061	fev/2023	Capital de giro	
	CDI + 0,80%	10,02%	-	-	515.928	505.061	505.061 -	dez/2023	Capital de giro	
	CDI + 3,05%	-	-	-	-	-	-	-	Capital de giro	
	a.a.	5,01%	-	-	-	-	208.464	mar/2021	Capital de giro	
	CDI + 3,15%	5,11%	-	-	-	-	468.516	mar/2021	Capital de giro	
	a.a.	CDI + 2,25%	12,28%	-	-	60.700	-	mai/2026	Capital de giro	
Sénior Notes 2024	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱ⁾	7,38%	-	-	-	-	4.514.289	fev/2024	Investimento	
Sénior Notes 2025	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,88%	-	-	2.981.335	3.067.359	3.067.359 jan/2025	jan/2025	Investimento	
Sénior Notes 2028	Pré-fixado (US\$) ^(iv)	5,25%	-	-	2.700.621	2.640.840	2.640.840 jan/2028	jan/2028	Investimento	
Sénior Notes 2032	Pré-fixado (US\$) ^(v)	4,20%	-	-	2.800.716	-	-	jan/2032	Investimento	
ECA	Euribor (EUR) ^(vi)	0,58%	-	-	95.460	104.108	104.108 set/2026	set/2026	Investimento	
CCB	IPCA	11,08%	-	-	646.624	239.068	239.068 jan/2048	jan/2048	Capital de giro	
Loan 4131	Pré-fixado (US\$) ^(vii)	0,90%	148.932	483.625	148.932	483.625	483.625 206.908	nov/2022 abr/2021	Capital de giro	
	CDI	4,60%	-	-	-	-	-	-	Capital de giro	
			363.577	799.782	13.098.129	16.491.966				
Debêntures										
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68%	9,24%	-	-	-	-	595.847	fev/2026	Investimento	
	IPCA + 4,50% ^(viii)	14,97%	1.483.873	739.202	1.483.873	739.202	739.202 jun/2031	jun/2031	Investimento	
	IPCA + 3,90%	14,31%	1.018.844	1.025.777	1.018.844	1.025.777	1.025.777 out/2029	out/2029	Investimento	
	IPCA + 4,00%	14,42%	952.671	255.501	952.671	255.501	255.501 dez/2035	dez/2035	Investimento	
	IPCA + 6,80%	17,50%	891.972	803.745	891.972	803.745	803.745 abr/2030	abr/2030	Investimento	
	IPCA + 4,77%	15,27%	-	-	694.898	-	-	jun/2031	Investimento	
	IPCA + 5,73%	16,33%	-	-	505.584	-	-	out/2033	Investimento	
	IPCA + 4,54%	15,02%	126.668	-	126.668	-	-	jun/2036	Investimento	
	IPCA + 3,60%	11,53%	361.862	-	361.862	-	-	dez/2030	Investimento	
	IPCA + 4,68%	15,17%	-	-	543.752	-	-	fev/2026	Investimento	
	CDI + 1,79%	11,10%	-	-	753.770	-	-	jun/2027	Investimento	
	CDI + 1,30%	10,57%	-	-	746.725	-	-	out/2027	Investimento	
Debêntures privadas	CDI + 0,50%	6,68%	-	792.535	-	-	-	jan/2023	Capital de giro	
			4.835.890	3.616.760	8.080.619	3.420.072				
Total			5.199.467	4.416.542	21.178.748	19.912.038				
Circulante			251.255	482.421	1.222.674	2.504.223				
Não circulante			4.948.212	3.934.121	19.956.074	17.407.815				

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Essa dívida tinha contratos de swap para 145% do CDI que representavam uma taxa média de 6,47% a.a.
- (iii) Dívida com swap para 127% do CDI que representou uma taxa média de 5,67% no ano de 2021.
- (iv) Dívida com swap para 115% do CDI que representou uma taxa média de 5,12% no ano de 2021.
- (v) Dívida com swap para 114% do CDI que representou uma taxa média de 5,10% no ano de 2021.
- (vi) Dívida com swap para 108% do CDI que representou uma taxa média de 4,82% no ano de 2021.
- (vii) Dívida com swap para 118% do CDI que representou uma taxa média de 5,27% no ano de 2021.
- (viii) Dívida com swap para 103% do CDI que representou uma taxa média de 4,60% no ano de 2021.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
13 a 24 meses	57.735	410.856	1.100.449	1.135.485
25 a 36 meses	18.657	855.323	654.268	1.056.521
37 a 48 meses	-	53.841	3.327.224	5.069.301
49 a 60 meses	-	-	768.035	3.552.834
61 a 72 meses	707.800	-	2.123.463	404.760
73 a 84 meses	1.149.964	644.507	4.115.472	917.765
85 a 96 meses	1.198.666	920.598	1.730.170	3.788.409
A partir de 97 meses	1.815.390	1.048.996	6.136.993	1.482.740
	4.948.212	3.934.121	19.956.074	17.407.815

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Reais (R\$)	12.451.684	9.101.817
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	8.631.604	10.706.113
Euro ⁽ⁱ⁾	95.460	104.108
Total	21.178.748	19.912.038

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	3.192.051	11.719.737
Captações	963.591	6.172.611
Atualização de juros, variação monetária e cambial	493.208	3.361.085
Amortização de principal	(109.604)	(653.002)
Pagamento de juros	(122.704)	(688.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.416.542	19.912.038
Captações	2.137.343	7.891.131
Atualização de juros, variação monetária e cambial	99.204	1.112.945
Amortização de principal	(1.036.835)	(6.631.342)
Pagamento de juros	(416.787)	(1.106.024)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.199.467	21.178.748

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,82% ao ano ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fianças bancárias contratadas era de R\$ 3.328.076 (R\$ 3.687.323 em 31 de dezembro de 2020).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 4,45% a.a. (2,78% a.a. em 31 de dezembro 2020) e TJLP de 4,80% a.a. (4,87% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2021, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 898.023 (R\$ 487.378 em 31 de dezembro de 2020).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Cláusulas restritivas (“*financial covenants*”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ≤ 3,0x em dezembro de 2021	2,79
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ ≥ 2,0x em dezembro de 2021	4,91

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro consolidado é representado pelo custo da dívida líquida consolidada, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

d) Compromissos ESG

O Senior Notes 2028 foi a primeira emissão *Green* do setor de ferrovias de carga na América Latina. A Companhia tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixo carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”. A companhia emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O Senior Notes 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds (SLBs)*, com as seguintes metas sustentáveis: redução de 17,6% até 2026 e 21,6% até 2030 de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU), tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* caso não atinja essas metas, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos consolidado				
	Financeiro	Operacionais - concessões	Operacionais - outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	429.591	3.943.486	156.063	4.529.140
Adições	87.811	3.406.560	28.098	3.522.469
Apropriação de juros e variação cambial	61.487	380.331	148.441	590.259
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(102.148)	(5.179.294)	(118.803)	(5.400.245)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(60.619)	(376.718)	(57.809)	(495.146)
Reajuste contratual	-	266.296	11.282	277.578
Transferências entre passivos ⁽ⁱ⁾	-	(111.737)	-	(111.737)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	416.122	2.328.924	167.272	2.912.318
Adições	-	15.108	42.399	57.507
Apropriação de juros	38.775	343.585	26.668	409.028
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(283.908)	(119.812)	(39.376)	(443.096)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(4.655)	(132.767)	(18.950)	(156.372)
Reajuste contratual	12.192	282.497	86.945	381.634
Transferências entre passivos ⁽ⁱ⁾	-	(54.139)	-	(54.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	178.526	2.663.396	264.958	3.106.880
Circulante	50.490	274.774	57.572	382.836
Não circulante	128.036	2.388.622	207.386	2.724.044
	178.526	2.663.396	264.958	3.106.880

- (i) Transferência das parcelas em discussão judicial para rubrica de arrendamento e concessões em litígio (Nota 5.16).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	35.482	24.045
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	30.507	34.101
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	978	1.547
	66.967	59.693

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,8%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Contas	2021			2020		
	Registrado	Ofício	% Variação	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	(2.121.577)	(2.287.777)	8%	(2.120.613)	(2.273.916)	7%
Direito de uso residual	6.743.631	6.755.661	0%	6.991.664	7.017.560	0%
Despesa financeira	(253.446)	(265.511)	5%	(462.664)	(480.669)	4%
Despesa de depreciação	(280.462)	(285.462)	2%	(245.946)	(261.076)	6%

Os saldos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, de forma que sua valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular da CVM. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo de arrendamento desses contratos era de R\$ 1.185.207 (R\$ 983.576 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.154 (R\$ 4.713 em 31 de dezembro de 2020).

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de materiais e serviços	52.276	54.562	602.215	721.600
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-	-	118	727
Outros	11.153	17.729	16.325	32.215
Total	63.429	72.291	618.658	754.542

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (Juros e câmbio)	6.084.673	4.648.615	1.020.158	3.579.657
Contratos de Swap (Juros e inflação)	6.590.408	2.229.136	77.914	408.867
	12.675.081	6.877.751	1.098.072	3.988.524
 Ativos				
Circulante		48.813		826.340
Não circulante		1.626.008		3.162.184
		1.674.821		3.988.524
 Passivos				
Circulante		(576.749)		-
		(576.749)		-
Total de instrumentos contratados		1.098.072		3.988.524

A Companhia contratou operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Estratégias de Hedge

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados ao valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio	Nocialal R\$	Valor contábil R\$		Resultado	
		31/12/2021	31/12/2020	Ajuste de valor justo	31/12/2021
Dívidas					
Sênior Notes 2024	US\$ + 7,4%	-	(4.514.289)	-	(959.017)
Sênior Notes 2025	US\$ + 5,9%	(1.740.550)	(3.067.359)	355.409	(779.581)
Sênior Notes 2028	US\$ + 5,3%	(2.791.600)	(2.700.621)	108.756	-
Sênior Notes 2032	US\$ + 4,2%	(2.758.400)	(2.800.716)	(14.775)	-
Total		(7.290.550)	(5.501.337)	449.390	(1.738.598)
Instrumentos derivativos					
Swap de câmbio e juros	BRL + 145% do CDI	-	2.118.028	-	1.021.045
Swap de câmbio e juros	BRL + 127% do CDI	-	1.341.379	-	825.015
Swap de câmbio e juros	BRL + 115% do CDI	2.791.600	266.526	277.542	-
Swap de câmbio e juros	BRL + 117% do CDI	2.259.375	675.572	675.572	-
Total		5.050.975	942.098	3.459.407	953.114
Total líquido		(2.239.575)	(4.559.239)	(4.122.241)	1.402.504
					1.846.060
					107.462

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Hedge risco de inflação	Nocialal R\$	Valor contábil R\$		Resultado	
		31/12/2021	31/12/2020	Ajuste de valor justo 31/12/2021	31/12/2020
Dívidas					
Debêntures	IPCA + 3,87%	(1.200.000)	(1.073.505)	-	179.462
Debêntures	IPCA + 3,90%	(906.856)	(1.018.844)	(1.025.777)	138.695
Debêntures	IPCA + 4,00%	(222.280)	(241.028)	(255.501)	45.092
Debêntures	IPCA + 4,60%	(750.000)	(694.898)	-	70.578
Debêntures	IPCA + 4,50%	(784.619)	(807.074)	-	93.506
Debêntures	IPCA + 4,54%	(258.815)	(126.668)	-	41.741
Debêntures	IPCA + 6,80%	(907.838)	(891.972)	-	2.962
Debêntures	IPCA + 5,73%	(500.000)	(505.584)	-	16.861
Total		(5.530.408)	(5.359.573)	(1.281.278)	588.897
					(239.437)
Instrumentos derivativos					
Swap de inflação e juros	107% do CDI	1.200.000	(69.068)	-	(76.276)
Swap de inflação e juros	104% do CDI	927.136	76.570	144.137	(59.219)
Swap de inflação e juros	108% do CDI	227.828	14.541	32.556	(16.195)
Swap de inflação e juros	112% do CDI	750.000	(17.887)	-	(22.287)
Swap de inflação e juros	108% do CDI	784.619	(49.657)	-	(55.296)
Swap de inflação e juros	109% do CDI	258.815	(27.283)	-	(29.193)
Swap de inflação e juros	118% do CDI	907.838	5.322	-	5.322
Swap de inflação e juros	109% do CDI	500.000	(8.344)	-	(8.344)
Total		5.556.236	(75.806)	176.693	(261.488)
Total líquido		25.828	(5.435.379)	(1.104.585)	327.409
					(55.842)

a) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de hedge documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos para registro ao valor justo por meio do resultado.

Risco de inflação	Nocialal R\$	Valor contábil R\$		Resultado	
		31/12/2021	31/12/2020	Ajuste de valor justo 31/12/2021	31/12/2020
Dívidas					
Debêntures	IPCA+4,68%	(500.000)	(543.752)	82.474	(48.142)
Debêntures	IPCA+4,50%	(600.000)	(676.798)	131.153	(55.116)
Total		(1.100.000)	(1.220.550)	(1.335.049)	213.627
					(103.258)
Instrumentos derivativos					
Swap de inflação e juros	107% do CDI	500.000	71.375	96.931	(11.682)
Swap de inflação e juros	103% do CDI	600.000	82.344	135.244	(41.468)
Total		1.100.000	153.719	232.175	(53.150)
Total líquido		-	(1.066.831)	(1.102.874)	160.477
					(7.111)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Risco de câmbio	Nocial R\$	Valor contábil R\$		Resultado	
		31/12/2021	31/12/2020	Ajuste de valor justo 31/12/2021	31/12/2020
Dívidas					
ECA	EUR + 0,58%	(100.198)	(95.460)	(1.337)	(36.481)
Loan 4131	USD + 2,20%	(220.000)	(148.932)	4.412	(64.235)
Total		(320.198)	(244.392)	3.075	(100.716)
Instrumentos derivativos					
Swap de câmbio e juros	BRL + 108% do CDI	100.198	30.535	39.529	(3.096)
Swap de câmbio e juros	BRL + 118% do CDI	220.000	47.527	80.720	20.019
Total		320.198	78.062	120.249	16.923
Total líquido		-	(166.330)	(461.102)	19.998
					2.149

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução de futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	26.523	45.069	307.077	303.727
PIS	6.026	9.589	109.822	115.642
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	662.945	595.450
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	83.178	106.243
Outros	3.021	3.016	23.121	20.268
	35.570	57.674	1.186.143	1.141.330
Circulante	35.570	57.674	421.156	350.883
Não circulante	-	-	764.987	790.447
	35.570	57.674	1.186.143	1.141.330

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Peças e acessórios	1.412	910	180.286	219.831
Combustíveis e lubrificantes	23	27	17.143	6.807
Almoxarifado e outros	141	165	31.494	22.680
	1.576	1.102	228.923	249.318

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 3.407 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.256 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11 Investimentos em associadas e provisão para passivo a descoberto

(a) Subsidiárias e associadas

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

b) Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2021:

i. Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	672.397.254	100,00%
Rumo Intermodal S.A.	91.064.313	91.064.313	100,00%
Rumo Malha Central S.A.	4.470.908.744	4.470.908.744	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	1.186.268.176	99,74%
Boswells S.A.	3.265.000	3.265.000	100,00%
Brado Participações S.A.	12.962.963	10.065.556	77,65%
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	99,90%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.040.816	51,00%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	39.780.000	51,00%
Rumo Malha Sul S.A.	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%
ALL Argentina S.A.	9.703.000	8.826.110	90,96%
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100,00%
Rumo Malha Paulista S.A.	5.032.794.458.529	5.032.794.458.529	100,00%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	376.560.990	376.560.990	100,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	478.460.074	478.460.074	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC ⁽ⁱ⁾	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Aquisição de participação em subsidiária ⁽ⁱⁱ⁾	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Elevações Portuárias S.A.	723.802	80.151	-	(78.029)	20	-	-	-	-	725.944
Rumo Intermodal S.A.	23.926	(17.956)	-	-	29	-	-	-	(4.393)	1.606
Rumo Malha Central S.A.	2.872.691	(264.699)	-	-	(445)	-	-	-	-	2.607.547
Rumo Malha Norte S.A.	8.284.811	1.128.857	-	(788.676)	34	(29.877)	(2)	-	(122)	8.595.025
Boswells S.A.	32.973	(513)	-	-	2.433	-	-	-	-	34.893
Brado Participações S.A.	376.986	1.978	-	(1.300)	-	-	1.177	-	-	378.841
Paranaguá S.A.	20.821	(1.034)	-	-	(2.515)	-	-	-	-	17.272
Logispot Armazéns Gerais S.A.	74.490	1.792	-	(4.335)	-	-	-	-	-	71.947
Rumo Luxembourg Sarl	4.406	5.115	-	-	-	-	-	-	-	9.521
Rumo Malha Paulista S.A.	3.365.796	(244.618)	1.200.000	-	87	(19.736)	-	-	-	4.301.529
Terminal São Simão S.A.	39.797	246	-	(64)	-	-	-	-	-	39.979
Rumo Malha Sul S.A.	1.895.905	(100.704)	800.000	-	712	-	-	-	-	2.595.913
ALL Armazéns Gerais Ltda.	-	4.876	385.529	-	-	-	135	(300.483)	-	90.057
Total investimento em associadas	17.716.404	593.491	2.385.529	(872.404)	355	(49.613)	1.310	(300.483)	(4.515)	19.470.074
ALL Argentina S.A.	(21.538)	(1.253)	(48.615)	-	2.978	-	-	-	4.393	(64.035)
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.701.233)	(221.801)	-	-	107	-	-	-	-	(1.922.927)
Total investimento em passivo a descoberto	(1.722.771)	(223.054)	(48.615)	-	3.085	-	-	-	4.393	(1.986.962)
Total	15.993.633	370.437	2.336.914	(872.404)	3.440	(49.613)	1.310	(300.483)	(122)	17.483.112

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a ALL Argentina reclassificou o saldo de R\$ 48.615 de AFAC (aporte para futuro aumento de capital) para o passivo, pela impossibilidade de capitalização. Os demais montantes se referem a aumento de capital realizados via caixa.

(ii) Parcela do valor pago na aquisição de participação na Brado pela ALL Armazéns Gerais Ltda. que excede o custo histórico, registrado em reserva de capital no patrimônio líquido. Vide nota 4.7 para detalhes adicionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Reclassificaç ão passivo a descoberto	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Elevações Portuárias S.A.	707.336	61.399	-	(44.950)	17	-	-	-	723.802
Rumo Intermodal S.A.	40.005	3.499	(20.000)	-	422	-	-	-	23.926
Rumo Malha Central S.A.	328.740	(256.049)	2.800.000	-	-	-	-	-	2.872.691
Rumo Malha Norte S.A.	8.317.416	673.856	-	(676.655)	73	-	(29.879)	-	8.284.811
Boswells S.A.	25.574	-	-	-	7.399	-	-	-	32.973
Brado Participações S.A.	371.867	6.185	-	(1.398)	-	-	-	332	376.986
Paranaguá S.A.	20.394	1.271	1.390	-	(2.234)	-	-	-	20.821
Logispot Armazéns Gerais S.A.	73.143	1.956	-	(609)	-	-	-	-	74.490
Rumo Luxembourg Sarl	50.064	(45.658)	-	-	-	-	-	-	4.406
Rumo Malha Paulista S.A.	-	283.841	2.900.000	-	68	201.620	(19.733)	-	3.365.796
Terminal São Simão S.A.	-	17	39.780	-	-	-	-	-	39.797
Rumo Malha Sul S.A.	1.730.253	(134.706)	300.000	-	358	-	-	-	1.895.905
Total investimento em associadas	11.664.792	595.611	6.021.170	(723.612)	6.103	201.620	(49.612)	332	17.716.404
ALL Argentina S.A.	(21.111)	(2.806)	-	-	2.379	-	-	-	(21.538)
Rumo Malha Paulista S.A.	(318.462)	(75.461)	595.543	-	-	(201.620)	-	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.451.606)	(249.674)	-	-	47	-	-	-	(1.701.233)
Total investimento em passivo a descoberto	(1.791.179)	(327.941)	595.543	-	2.426	(201.620)	-	-	(1.722.771)
Total	9.873.613	267.670	6.616.713	(723.612)	8.529	-	(49.612)	332	15.993.633

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de subsidiárias:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício
Elevações Portuárias S.A.	925.490	199.547	725.943	80.151	918.960	195.158	723.802	61.399
Rumo Intermodal S.A.	33.836	32.232	1.604	(17.956)	34.662	10.736	23.926	3.499
Rumo Malha Central S.A.	6.872.692	4.265.146	2.607.546	(264.699)	5.041.849	2.169.159	2.872.690	(256.049)
Rumo Malha Norte S.A.	9.123.392	4.953.300	4.170.092	1.157.996	16.355.228	12.552.278	3.802.950	701.710
Boswells S.A.	34.893	-	34.893	(513)	32.973	-	32.973	-
Brado Participações S.A.	1.039.813	467.268	572.545	1.770	891.438	320.467	570.971	8.799
Paranaguá S.A.	17.493	203	17.290	(1.035)	20.995	152	20.843	1.273
Logispot Armazéns Gerais S.A.	53.453	30.268	23.185	4.540	55.295	28.149	27.146	4.935
ALL Argentina S.A.	6.610	77.004	(70.394)	(1.377)	6.572	30.248	(23.676)	(3.085)
Rumo Luxembourg Sarl	8.481.108	8.471.588	9.520	5.115	9.279.021	9.274.616	4.405	(45.658)
Rumo Malha Paulista S.A.	14.085.618	9.746.480	4.339.138	(267.610)	10.719.689	7.313.028	3.406.661	176.322
Rumo Malha Oeste S.A.	133.336	2.056.267	(1.922.931)	(221.802)	176.391	1.877.627	(1.701.236)	(249.674)
Rumo Malha Sul S.A.	6.219.436	3.635.342	2.584.094	(115.668)	4.460.509	2.561.460	1.899.049	(144.206)
ALL Armazéns Gerais Ltda.	90.593	536	90.057	4.856	-	-	-	-
Terminal São Simão S.A.	99.218	20.824	78.394	483	98.310	20.276	78.034	34

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%

	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Rhall Terminais Ltda.	3.765	1.147	(3)	-	4.909
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	1.673	3.812	-	(758)	4.727
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	18.679	3.849	(4.966)	-	17.562
Terminal XXXIX S.A.	26.597	4.049	-	-	30.646
Total investimento em associadas	50.714	12.857	(4.969)	(758)	57.844

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Rhall Terminais Ltda.	4.148	851	(1.234)	-	3.765
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	5.214	2.659	-	(6.200)	1.673
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	18.247	3.535	(3.103)	-	18.679
Terminal XXXIX S.A.	24.404	6.042	(3.849)	-	26.597
Total investimento em associadas	52.013	13.087	(8.186)	(6.200)	50.714

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de associadas:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Rhall Terminais Ltda.	31.068	14.708	16.360	4.073	26.371	13.821	12.550	9.578
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	276.284	252.483	23.801	11.726	229.586	221.232	8.354	7.721
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	253.310	76.257	177.053	37.150	271.125	84.313	186.812	38.301
Terminal XXXIX S.A.	335.511	273.747	61.764	10.075	171.072	117.877	53.195	11.667

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	3.144.187	0,26%
Brado Participações S.A.	12.962.963	2.897.407	22,35%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49,00%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	38.220.000	49,00%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Resultado de não controladores	Dividendos	Plano de opções de ações	Mudança de participação em subsidiária	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Rumo Malha Norte S.A.	9.979	3.018	(2.142)	-	-	120	10.975
Brado Participações S.A.	228.993	(277)	(926)	579	(88.325)	-	140.044
Logispot Armazéns Gerais S.A.	35.513	2.225	(4.032)	-	-	-	33.706
Terminal São Simão S.A.	38.236	237	(56)	-	-	-	38.417
Total investimento em associadas	312.721	5.203	(7.156)	579	(88.325)	120	223.142

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado não controlador	Dividendos	Plano de opções de ações	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Rumo Malha Norte S.A.	9.903	1.862	(1.850)	-	-	64	9.979
Brado Participações S.A.	225.889	3.755	(845)	194	-	-	228.993
Logispot Armazéns Gerais S.A.	34.219	1.879	(585)	-	-	-	35.513
Terminal São Simão S.A.	-	16	-	-	38.220	-	38.236
Total investimento em associadas	270.011	7.512	(3.280)	194	38.220	64	312.721

Balanço patrimonial resumido:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Logispot Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos						
Circulante	1.468.342	3.755.283	297.834	242.869	16.777	15.202
Não circulante	7.655.050	12.599.945	741.979	648.569	36.676	40.093
Total ativo	9.123.392	16.355.228	1.039.813	891.438	53.453	55.295
Passivos						
Circulante	1.084.042	1.972.340	175.898	152.336	14.737	12.201
Não circulante	3.869.258	10.579.938	291.370	168.131	15.531	15.948
Total passivo	4.953.300	12.552.278	467.268	320.467	30.268	28.149
Patrimônio líquido	4.170.092	3.802.950	572.545	570.971	23.185	27.146

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Logispot Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	3.745.014	3.781.915	335.374	283.133	24.853	22.088
Resultado antes dos impostos	1.407.307	870.421	3.462	14.222	5.796	6.010
Imposto de renda e contribuição social	(249.311)	(168.711)	(1.692)	(5.423)	(1.256)	(1.075)
Resultado do exercício	1.157.996	701.710	1.770	8.799	4.540	4.935
Outros resultados abrangentes	2.527	(174)	-	-	-	-
Resultados abrangente total	1.160.523	701.536	1.770	8.799	4.540	4.935
Dividendos pagos	(956.917)	(511.477)	(2.090)	(2.239)	(8.650)	(612)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Logispot Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	3.068.810	1.952.526	8.490	53.015	10.192	4.398
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	395.654	(261.609)	(22.273)	(40.135)	2.846	(6.928)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(5.523.404)	(379.324)	3.957	23.532	(13.168)	2.651
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(2.058.940)	1.311.593	(9.826)	36.412	(130)	121
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.232.565	920.972	77.302	40.890	136	15
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	173.625	2.232.565	67.476	77.302	6	136

5.12 Ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, diretos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Para fins de análise de impairment foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A subsidiária Rumo Malha Oeste, que registrou provisão para impairment em 2020, não demonstrou melhora dos indicadores que motivaram a provisão, de forma que foi mantida provisão integral para essa unidade geradora de caixa.

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12.1 Propriedade para investimento

Política contábil

As propriedades para investimento são mantidas para auferir receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

A Companhia determinou, com base em sua avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos relativos à propriedade dos bens. Dessa forma, a controladora (como arrendador) contabiliza os bens como propriedade para investimento e os arrendamentos como operacionais

Mantém sua propriedade para investimento mensurada pelo custo deduzidas das depreciações, que são calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.

Em 16 de junho de 2021, a Companhia exerceu opção de compra sobre uma área (terreno/imóveis) de 339,07 hectares denominada terminal de Rondonópolis, no valor de R\$ 184.100 (custo histórico), que está arrendado para sua controlada Rumo Malha Norte. Em 31 de dezembro de 2021 o valor residual dessa propriedade é de R\$ 180.534.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12.2 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são despesados quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 01 de janeiro de 2020	1.019.909	984.565	8.207.826	8.603.070	1.478.836	835.602	21.129.808	195.306
Adições	146	717	17.900	1.193	3.248.397	58	3.268.411	6.807
Baixas	(532)	-	(94.689)	-	(507)	(21.265)	(116.993)	-
Transferências	369.899	187.873	796.982	645.612	(1.973.975)	55.560	81.951	-
Saldo em 01 de janeiro de 2021	1.389.422	1.173.155	8.928.019	9.249.875	2.752.751	869.955	24.363.177	202.113
Adições	1.216	426	1.685	6.502	3.558.060	586	3.568.475	46.680
Baixas	-	(34.036)	(117.585)	(758)	-	(82.350)	(234.729)	(4.045)
Transferências	410.812	528.479	1.134.327	1.360.830	(3.361.473)	12.513	85.488	3.019
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.801.450	1.668.024	9.946.446	10.616.449	2.949.338	800.704	27.782.411	247.767
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:								
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(355.050)	(450.856)	(4.149.884)	(3.875.123)	(6.870)	(521.857)	(9.359.640)	(69.705)
Adições	(50.219)	(116.580)	(566.259)	(511.696)	(2.048)	(23.325)	(1.270.127)	(12.124)
Baixas	-	-	90.668	-	-	18.286	108.954	-
Transferências	(76.224)	11.646	(59.353)	67.841	2.795	197	(53.098)	-
Perda por redução ao valor recuperável	(2.811)	(8.898)	(31.405)	(80.340)	(7.256)	(12.308)	(143.018)	-
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(484.304)	(564.688)	(4.716.233)	(4.399.318)	(13.379)	(539.007)	(10.716.929)	(81.829)
Adições	(82.350)	(176.813)	(532.542)	(550.970)	-	(19.458)	(1.362.133)	(17.622)
Baixas	3.899	33.919	105.967	196	-	77.832	221.813	3.980
Transferências	(24.535)	9.548	67.092	(2.603)	-	(102)	49.400	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(587.290)	(698.034)	(5.075.716)	(4.952.695)	(13.379)	(480.735)	(11.807.849)	(95.487)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	905.118	608.467	4.211.786	4.850.557	2.739.372	330.948	13.646.248	120.284
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.214.160	969.990	4.870.730	5.663.754	2.935.959	319.969	15.974.562	152.280

(i) Em 31 de dezembro de 2021, vagões e locomotivas no montante ao custo de R\$ 745.203 (R\$ 745.203 em 31 de dezembro de 2020), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 70.609 (R\$ 34.107 em 31 de dezembro de 2020), utilizando uma taxa de média de 11,81% (8,40% em 31 de dezembro de 2020) para capitalizar os custos dos empréstimos.

5.12.3 Ativos intangíveis e ágio

Política contábil

Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra, no desenvolvimento ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização %
Licença de software	20,00%
Licença de operação	3,70%
Direito de concessão	1,59%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado				Controladora	
	Ágio ⁽ⁱ⁾	Direito de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	Licença de operação	Outros	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2020	100.451	8.012.731	343.348	206.667	8.663.197	614.854
Adições	-	5.227	-	4.445	9.672	-
Transferências	-	-	-	19.365	19.365	-
Saldo em 01 de janeiro de 2021	100.451	8.017.958	343.348	230.477	8.692.234	614.854
Adições	-	-	35.834	922	36.756	35.834
Baixas	-	-	-	(3.790)	(3.790)	(1.601)
Transferências	-	(40.340)	-	24.611	(15.729)	546
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100.451	7.977.618	379.182	252.220	8.709.471	649.633
Amortização:						
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	(1.002.735)	(143.675)	(141.754)	(1.288.164)	(265.198)
Adições	-	(121.574)	(11.774)	(19.290)	(152.638)	(38.960)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	(1.124.309)	(155.449)	(161.044)	(1.440.802)	(304.158)
Adições	-	(121.481)	(11.838)	(21.614)	(154.933)	(38.578)
Baixas	-	-	-	3.790	3.790	1.602
Transferências	-	20.946	-	(6.827)	14.119	16
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(1.224.844)	(167.287)	(185.695)	(1.577.826)	(341.118)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	100.451	6.893.649	187.899	69.433	7.251.432	310.696
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100.451	6.752.774	211.895	66.525	7.131.645	308.515

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores, sendo R\$62.922 do Terminal T-16 em Santos e R\$37.529 da controlada Logispot, apresentados somente no consolidado.
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12.4 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado						
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2020	178.441	11.667	1.038.641	66.931	14.259	3.803.953	5.113.892
Adições	91.095	8.512	864	15.438	-	3.406.560	3.522.469
Reajuste contratual	834	10.397	1.783	-	(334)	251.854	264.534
Transferências para imobilizado	-	-	(107.963)	-	-	-	(107.963)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	270.370	30.576	933.325	82.369	13.925	7.462.367	8.792.932
Adições	-	29.168	43	-	13.188	15.108	57.507
Reajuste contratual	41.618	47.577	5.242	4.659	41	282.497	381.634
Transferências	(230.004)	-	-	-	-	40.340	(189.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.984	107.321	938.610	87.028	27.154	7.800.312	9.042.409
Amortização:							
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(68.332)	(3.029)	(367.072)	(7.594)	(6.457)	(250.456)	(702.940)
Adições	(27.226)	(3.162)	(53.413)	(4.940)	(6.572)	(230.057)	(325.370)
Transferências	-	-	59.745	-	-	-	59.745
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	(966)	(966)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(95.558)	(6.191)	(360.740)	(12.534)	(13.029)	(481.479)	(969.531)
Adições	(17.451)	(8.962)	(38.478)	(4.425)	(773)	(274.228)	(344.317)
Transferências	77.310	-	-	-	-	(20.930)	56.380
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(35.699)	(15.153)	(399.218)	(16.959)	(13.802)	(776.637)	(1.257.468)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	174.812	24.385	572.585	69.835	896	6.980.888	7.823.401
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.285	92.168	539.392	70.069	13.352	7.023.675	7.784.941

5.13 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	259	189	12.523	16.481
INSS	171	221	10.526	10.272
PIS	5	1.458	1.753	2.074
COFINS	70	6.898	11.223	9.962
Parcelamento de débitos tributários	902	902	649	2.791
ISS	-	-	8.906	12.107
IOF	75	16	2.647	256
Outros	246	324	8.215	10.782
	1.728	10.008	56.442	64.725
Circulante	1.728	10.008	56.046	62.602
Não circulante	-	-	396	2.123
	1.728	10.008	56.442	64.725

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
13 a 24 meses	-	373
25 a 36 meses	-	235
37 a 48 meses	-	235
49 a 60 meses	-	215
61 a 72 meses	-	53
73 a 84 meses	-	53
85 a 96 meses	-	53
A partir de 97 meses	396	906
	396	2.123

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	198.239	349.300	159.794	474.664
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(67.401)	(118.762)	(54.330)	(161.386)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	125.948	91.008	4.371	4.450
Resultado de empresas no exterior	-	-	631	(16.223)
Lucro da exploração (i)	-	-	199.687	109.081
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas (ii)	(88.875)	(32.042)	(202.089)	(145.326)
Efeito de amortização do ágio	(16.869)	(16.869)	1.271	1.271
Juros sobre capital próprio	(9.520)	(8.942)	-	-
Outros	9.016	33.470	46.406	38.144
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(47.701)	(52.137)	(4.053)	(169.989)
Taxa efetiva - %	24,06%	14,93%	2,54%	35,81%

- (i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais	331.252	250.871	2.222.384	1.841.755
Base negativa de contribuição social	130.064	101.127	812.156	675.123
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	36.796	19.723	266.298	197.431
Provisão para perda ao valor recuperável	30.327	30.327	193.207	226.092
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	211	231	14.898	14.752
Provisão para não realização de impostos	-	-	43.668	45.149
Provisão para participação nos resultados	3.018	115	47.628	9.058
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	18.971	28.461	171.517	595.580
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	304.088	635.363
Ajuste valor justo sobre a dívida	-	77.667	49.323	526.001
Combinação de negócios - imobilizado	1.964	2.143	47.138	58.255
Transações com pagamentos baseado em ações	28.930	14.009	28.930	14.009
Passivos de arrendamento	-	-	440.192	183.629
Resultado não realizado com derivativos	-	-	46.100	-
Diferenças temporárias sobre outras provisões	5.229	5.715	120.239	95.191
Outros	8.532	-	240.256	248.860
Tributos diferidos - Ativos	595.294	530.389	5.048.022	5.366.248
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(432.880)	(344.005)	(2.460.278)	(2.281.470)
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	-	-	(138)	-
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	-	-	(717)	(185)
Combinação de negócios - imobilizado	-	-	(22.820)	(23.349)
Ágio fiscal amortizado	-	-	(24.838)	(24.838)
Passivos de arrendamento	(826)	(826)	(7.672)	(205.844)
Resultado não realizado com derivativos	(27.191)	(139.588)	(287.505)	(1.464.591)
Ajuste valor justo sobre a dívida	(138.921)	-	(177.092)	-
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(4.637)	(3.416)	(154.676)	(5.728)
Combinação de negócios - Intangível	(57.190)	(61.204)	(2.526.961)	(2.549.151)
Outros	-	-	(82.418)	(55.399)
Tributos diferidos - Passivos	(228.765)	(205.034)	(3.284.837)	(4.329.085)
Total de tributos diferidos	(66.351)	(18.650)	(697.093)	(1.244.307)
Diferido ativo	-	-	1.662.572	1.270.621
Diferido passivo	(66.351)	(18.650)	(2.359.665)	(2.514.928)
Total	(66.351)	(18.650)	(697.093)	(1.244.307)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia continuou monitorando os impactos observados da pandemia de COVID-19 e avaliou os impactos do aumento das taxas de juros, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2021:

	Diferido ativo
2022	94.996
2023	48.999
2024	48.695
2025	48.695
2026	24.106
2027 a 2032	17.838
2033 a 2037	479.789
2038 a 2042	899.454
Total	1.662.572

d) Movimentações no imposto diferido

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(1.316.367)
Resultado	71.874
Passivo atuarial	(74)
Outros	260
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(1.244.307)
Resultado	546.475
Passivo atuarial	(72)
Outros	811
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(697.093)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

e) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisões	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Transações com pagamentos baseado em ações	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	2.435.877	499.417	68.532	666.982	174.687	73.208	7.938	175.662	-	207.250	4.309.553
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício Diferenças cambiais	81.001	(6.935)	-	(31.619)	351.314	(14.953)	6.071	7.967	-	136.801	529.647
	-	-	527.048	-	-	-	-	-	-	-	527.048
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.516.878	492.482	595.580	635.363	526.001	58.255	14.009	183.629	-	344.051	5.366.248
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício Diferenças cambiais	517.662	73.217	-	(331.275)	(476.678)	(11.117)	14.921	256.563	46.100	16.444	105.837
	-	-	(424.063)	-	-	-	-	-	-	-	(424.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.034.540	565.699	171.517	304.088	49.323	47.138	28.930	440.192	46.100	360.495	5.048.022

ii. Impostos diferidos passivos

	Ágio fiscal amortizado	Provisões	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Combinação de negócios - Intangível	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Créditos não registrados	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	(24.838)	-	-	(965)	(91)	(23.915)	(2.573.178)	(215.561)	(556.031)	(2.183.537)	(47.804)	(5.625.920)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício Diferenças cambiais	-	-	-	(4.763)	91	566	24.027	9.717	(908.560)	(97.933)	(7.595)	(984.450)
	-	-	(185)	-	-	-	-	-	-	-	-	(185)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(24.838)	-	(185)	(5.728)	-	(23.349)	(2.549.151)	(205.844)	(1.464.591)	(2.281.470)	(55.399)	(6.610.555)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício Diferenças cambiais	-	(138)	-	(148.948)	(177.092)	529	22.190	198.172	1.177.086	(178.808)	(27.019)	865.972
	-	-	(532)	-	-	-	-	-	-	-	-	(532)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(24.838)	(138)	(717)	(154.676)	(177.092)	(22.820)	(2.526.961)	(7.672)	(287.505)	(2.460.278)	(82.418)	(5.745.115)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	2.328	2.235	81.375	79.447
Cíveis, regulatórias e ambientais	57.486	17.782	313.930	150.173
Trabalhistas	43.305	32.791	285.774	243.484
	103.119	52.808	681.079	473.104

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	13.349	13.477	48.183	46.770
Cíveis, regulatórias e ambientais	2.507	2.565	49.270	59.413
Trabalhistas	15.474	16.174	206.580	224.419
	31.330	32.216	304.033	330.602

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

Controladora				
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	2.453	7.791	37.833	48.077
Provisionados no exercício	22	3.600	4.896	8.518
Baixas por reversão ou pagamento	(372)	(5.020)	(12.064)	(17.456)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	132	11.411	2.126	13.669
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.235	17.782	32.791	52.808
Provisionados no exercício	19	22.100	12.277	34.396
Baixas por reversão ou pagamento	-	(17.288)	(12.373)	(29.661)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	74	34.892	10.610	45.576
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.328	57.486	43.305	103.119

Consolidado				
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	79.006	137.081	264.856	480.943
Provisionados no exercício	1.502	15.645	49.510	66.657
Baixas por reversão ou pagamento	(2.005)	(45.320)	(95.022)	(142.347)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	944	42.767	24.140	67.851
Saldo em 31 de dezembro de 2020	79.447	150.173	243.484	473.104
Provisionados no exercício	1.879	47.913	97.751	147.543
Baixas por reversão ou pagamento	(1.413)	(38.091)	(99.268)	(138.772)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.462	153.935	43.807	199.204
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.375	313.930	285.774	681.079

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	50.588	51.470
PIS e COFINS	-	-	2.084	2.050
INSS	677	664	25.275	24.093
Outros	1.651	1.571	3.428	1.834
	2.328	2.235	81.375	79.447

(i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

- **Cíveis, Ambientais e Regulatórias:** As principais provisões cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Civis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes e indenizatórias relacionadas à alegados danos.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	1.043.703	974.492	3.806.708	3.655.279
Cíveis, regulatórias e ambientais	392.792	160.054	4.562.663	3.765.974
Trabalhistas	113.659	122.066	788.764	865.222
	1.550.154	1.256.612	9.158.135	8.286.475

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Tributários:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ganho de capital ⁽ⁱ⁾	29.516	84.953	29.516	84.953
Multa isolada tributo federal - REPORTO	363.750	457.381	461.747	473.690
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	324.758	278.315	549.890	510.401
ICMS ^(iv)	-	92	952.284	1.120.336
IRRF ^(v)	56.857	55.259	136.945	133.837
PIS/COFINS ^(vi)	164.415	3.981	1.077.706	868.789
Operações financeiras no exterior ^(vii)	-	-	8.450	29.136
MP 470 parcelamento de débitos ^(viii)	-	-	155.069	116.276
Plano de opção de compra de ações ^(ix)	54.747	53.695	65.260	63.986
IOF s/ Mútuo ^(x)	17.204	14.886	136.286	14.886
Compensação com crédito prêmio ^(xi)	-	-	46.661	45.609
Outros	32.456	25.930	186.894	193.380
	1.043.703	974.492	3.806.708	3.655.279

- (i) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 e 2019 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e c) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Em 2019, a Companhia obteve êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (ii) A Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTO (suspenção de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) Autos de infração que exigem IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeste Brasil S/A. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçu. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçu Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A; (c) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído provisões trabalhistas da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iv) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996; b) o Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea; c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO pelo fisco paulista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (v) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de swap.
- (vi) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema da não cumulatividade relativas aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos;
- (vii) Auto de Infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”), empresa pública a ele vinculada; d) erro na contabilização e exclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de swap e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, bem como de parte da infração “c”, para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração “g”, na extensão do cancelamento parcial do item “c”. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. O remanescente do item “g” permanece em discussão administrativa. A discussão sobre o remanescente do item “c” se encerrou na esfera administrativa com seguimento na esfera judicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (viii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (ix) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (x) As demandas de IOF estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo, e b) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Rumo Malha Norte por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativa à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre Malha Norte e Malha Paulista, contratos com a Raízen e outros valores elencados em demais contas contábeis.
- (xi) A Rumo Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis ^{(i) (ii) (iii)}	157.503	111.478	2.700.703	2.440.468
Regulatórias ^{(iv) (v)}	234.155	47.501	1.156.243	728.064
Ambientais ^(vi)	1.134	1.075	705.717	597.442
	392.792	160.054	4.562.663	3.765.974

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As principais contingências cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Civis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas à alegados danos, autuações pelos órgãos ambientais e reguladores. No que tange a grandes demandas, seguem abaixo principais casos:

- (i) A Rumo Malha Norte, a Rumo Malha Sul, a Rumo Malha Paulista e a Rumo S.A. são partes em procedimento arbitral confidencial, cujo valor total dos pedidos soma a quantia de R\$ 1.128.164. O procedimento foi instaurado pela parte contrária sob a alegação de que a Companhia teria dado causa à rescisão de contrato de serviço ferroviário e investimentos, diante do que requereu indenização. A Rumo apresentou reconvenção, por meio da qual pretende que seja reconhecida a improcedência dos pleitos da parte contrária, bem como a responsabilidade da parte contrária em arcar com as perdas e danos decorrentes de sua rescisão imotivada. Foi negado pedido de produção de provas pela Cia e após alegações finais, em maio/2021 foi prolatada sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos feitos pela parte contrária. A sentença, no entanto, é ilíquida, e a determinação do valor da condenação será feita por meio de liquidação de sentença. O procedimento arbitral encontra-se suspenso em razão de descobertas posteriores relativas à parcialidade de um dos árbitros do painel arbitral. No presente momento, aguarda-se decisão de Comitê Especial constituído para apurar a parcialidade do árbitro impugnado. Em razão da iliquidize da sentença, bem como da suspensão da arbitragem para apuração da parcialidade do árbitro, os valores encontram-se classificados como contingência possível.

- (ii) A Rumo Intermodal, quando da assunção de atividades empresariais de outra Companhia, não pertencente ao Grupo, assumiu a responsabilidade de pagamento relacionada à processo judicial decorrente de discussão de marca, cujo valor envolvido é de R\$ 167.765. Houve redução equitativa do valor para R\$ 15.000, tendo havido recurso de ambas as partes. Caso esta terceira companhia perca a demanda e seja obrigada a realizar pagamento poderá açãoar a Rumo em regresso, fundado em tal obrigação. O processo encontra-se em fase de liquidação de sentença, sendo constituída provisão para R\$ 15.237 da demanda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) A Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso foi de tentar conseguir carga em volume suficiente para realização do transporte. Periodicamente a Cia realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. A contingência total do caso é de R\$ 103.907, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível.
- (iv) Em novembro de 2021 o CADE, no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a Companhia ao pagamento de multa no valor de R\$ 247.172, decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão. Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Companhia avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R\$ 22.761 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível.
- (v) A Rumo Malha Sul ajuizou ação em face da ANTT visando impedir a inscrição no CADIN em razão de alegados débitos de parcelas trimestrais do contrato de concessão, as quais não foram pagas em razão de compensação realizada com débitos trabalhistas que eram de obrigação da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. Houve decisão favorável a Rumo, impedindo a inscrição no CADIN, bem como afirmando ser possível a realização da compensação de valores. Atualmente, aguarda-se a realização do levantamento de créditos e débitos para compensação de forma administrativa. O valor envolvido é de R\$ 127.820.
- (vi) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R\$ 140.098.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Reclamações trabalhistas	113.659	122.066	788.764	865.222
	113.659	122.066	788.764	865.222

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. (“Prumo Engenharia”), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística SA (“ALL”), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça.

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, bem como, em dano moral coletivo de R\$15 milhões. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.16 Passivos, provisões e compromissos com o Poder Concedente

A Companhia, através de suas controladas, é parte em contratos de subconcessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são:

a) Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Nessa conta são mantidos ainda, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 5.12.3). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Paulista	55.170	101.871
Rumo Malha Oeste	1.747.233	1.617.764
	1.802.403	1.719.635
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista	1.145.450	1.154.919
	1.145.450	1.154.919
Concessões:		
Rumo Malha Sul	85.713	84.637
Rumo Malha Paulista	20.682	24.151
	106.395	108.788
Total	<u>3.054.248</u>	<u>2.983.342</u>
Circulante	160.771	158.705
Não circulante	2.893.477	2.824.637
	<u>3.054.248</u>	<u>2.983.342</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Arrendamento e concessão em litígio:

Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de rellicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Rellicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019.

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

	31/12/2021	31/12/2020
Rumo Malha Oeste	22.119	22.119
	22.119	22.119

Arrendamentos e outorgas enquadrados no IFRS16 (Nota 5.6)

	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul	623.155	600.745
Rumo Malha Paulista	508.169	475.647
Rumo Malha Oeste	216.101	179.568
Elevações Portuárias	97.046	76.925
Portofer	13.921	12.463
	1.458.392	1.345.348
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista (renovação)	590.594	492.222
Malha Central	614.410	491.354
	1.205.004	983.576
Total	2.663.396	2.328.924
Circulante	274.774	232.212
Não circulante	2.388.622	2.096.712
	2.663.396	2.328.924

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Compromissos de investimento

Os contratos de subconcessão em que a Companhia, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar:

O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R\$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 16% até a data do balanço.

O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$645.573. Em 31 de dezembro de 2021, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 65%.

O contrato de concessão e arrendamento da Elevações Portuárias prevê investimentos visando melhoramento e modernização das instalações e equipamentos nela alocados, estimados no montante de R\$340.000. Em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária havia realizado investimentos ao custo de R\$ 270.629.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

Em 27 de abril de 2021, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Companhia efetuou redução do capital social no montante de R\$ 3.507.064, sem cancelamento de ações, para absorção de prejuízos acumulados (Nota 4.4).

Após a redução o capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 12.547.842 (R\$ 16.054.906 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 1.854.158.791 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Acionistas		
Cosan S.A.	562.529.490	30,34%
Julia Arduini	71.005.654	3,83%
Administradores	2.749.957	0,15%
Ações em tesouraria	839.673	0,05%
Free float (em negociação na bolsa de valores)	1.217.034.017	65,64%
Total de ações em circulação	1.854.158.791	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reservas de capital

Política contábil:

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

A movimentação do exercício é composta pelas transações com acionistas destacadas abaixo:

- Acréscimo de R\$ 34.119 de transações com pagamento baseado em ações;
- Decréscimo de R\$ 33.936 pelas opções de ações exercidas;
- Decréscimo de R\$ 120 referentes a efeito da distribuição de dividendos para acionistas preferencialistas na controlada Rumo Malha Norte.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o montante de R\$ 7.527 (em 31 de dezembro de 2020 não houve destinação de reserva legal).

d) Ações em tesouraria

Em 28 de outubro de 2020 foi aprovado o plano de recompra de 21.482.277 ações, o que representa 1,16% do capital social da Companhia, o plano tem prazo de realização de 18 meses, ou seja, até 29 de abril de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 839.673 ações em tesouraria (532.000 em 31 de dezembro de 2020), cujo preço de mercado era de R\$ 17,76 (R\$ 19,34 em 31 de dezembro de 2020).

e) Reserva de Lucro

Em 27 de abril de 2021, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Companhia a Companhia utilizou a reservas de lucro no montante de R\$ 253.599 para absorção do prejuízo acumulado. (Nota 4.4)

f) Outros resultados abrangentes

	31/12/2020	Base	Tributos diferidos	Líquido	31/12/2021
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	29.394	2.925	-	2.925	32.319
Ganhos atuariais com plano de pensão	(2.622)	1.455	(495)	960	(1.662)
Custo atribuído	2.804	(445)	-	(445)	2.359
Total	29.576	3.935	(495)	3.440	33.016

	31/12/2019	Base	Tributos diferidos	Líquido	31/12/2020
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	21.436	7.958	-	7.958	29.394
Perdas atuariais com plano de pensão	(3.193)	865	(294)	571	(2.622)
Custo atribuído	2.834	(30)	-	(30)	2.804
Total	21.077	8.793	(294)	8.499	29.576

g) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 35.753, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	150.538
Reserva legal	(7.527)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	143.011
Dividendos mínimos obrigatórios	(35.753)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A seguir, é apresentada uma abertura da receita da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta na venda de serviços	826.317	1.004.507	7.944.312	7.349.804
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(53.603)	(54.238)	(504.680)	(383.645)
Receita operacional líquida	772.714	950.269	7.439.632	6.966.159

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transporte de carga e acessórios	772.714	950.269	6.847.070	6.388.273
Elevação de carga	-	-	418.657	377.502
Direito de passagem	-	-	156.229	173.358
Outros	-	-	17.676	27.026
Receita operacional líquida	772.714	950.269	7.439.632	6.966.159

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Material de uso e consumo	(1.005)	(1.064)	(154.970)	(152.667)
Despesa com pessoal	(26.965)	(18.656)	(1.153.700)	(932.421)
Depreciação e amortização	(105.041)	(100.700)	(1.830.683)	(1.617.447)
Despesas com serviços de terceiros	(10.291)	(6.036)	(397.241)	(373.470)
Despesas com transporte e elevação	(544.877)	(621.776)	(2.128.043)	(1.809.056)
Despesas com aluguel (Nota 5.6)	-	-	(66.967)	(59.693)
Outras despesas	(16.454)	(15.876)	(132.134)	(214.398)
Custo dos serviços prestados	(704.633)	(764.108)	(5.863.738)	(5.159.152)
Despesas comerciais	(666.587)	(731.144)	(5.352.040)	(4.721.507)
Despesas gerais e administrativas	60	594	(38.959)	(30.670)
	(38.106)	(33.558)	(472.739)	(406.975)
	(704.633)	(764.108)	(5.863.738)	(5.159.152)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Efeito líquido das demandas judiciais	(36.632)	(8.286)	(152.185)	(86.745)
Receita de aluguéis e arrendamentos	39.202	25.200	-	-
Resultado na venda de sucatas / eventuais	1.836	7.775	64.541	37.888
Amortização de direito de uso ⁽ⁱ⁾	-	-	-	(97.560)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(63)	-	30.325	42.576
Créditos fiscais extemporâneos	988	3.453	49.894	102.576
Liquidação de disputas no processo de renovação ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	52.963	278.496
Perda por redução ao valor recuperável líquido (Nota 5.12.2)	-	-	-	(143.984)
Reforma de ativos alocados ao resultado ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	(40.191)	-
Outros	(5.053)	(4.635)	(74.364)	(4.860)
	278	23.507	(69.017)	128.387

- (i) Devido a Malha Central ter iniciado suas operações no início de 2021 a depreciação dos ativos de direito de uso passaram a ser reconhecidos como custos dos serviços prestados (Nota 6.2).
- (ii) Reversão de passivos de arrendamento em litígio registrados, em face de créditos trabalhistas de ações judiciais de regresso.
- (iii) Custo de reforma de ativos reconhecida diretamente no resultado do exercício por controlada com provisão de impairment para os ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(691.711)	(430.964)	(1.596.347)	(1.075.759)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(40.080)	(68.111)	(473.854)	(1.562.336)
Resultado com derivativos e valor justo	378.448	328.043	1.443.755	1.820.960
Prêmio de liquidação antecipada e gastos de captação	(40.665)	(18.344)	(329.346)	(48.020)
Fianças e garantias sobre dívidas	(2.701)	(3.462)	(36.628)	(36.316)
	(396.709)	(192.838)	(992.420)	(901.471)
Rendimentos de aplicações financeiras	40.759	49.234	310.736	134.983
	40.759	49.234	310.736	134.983
Custo da dívida, líquida	(355.950)	(143.604)	(681.684)	(766.488)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	168.406	39.459	88.398	42.007
Arrendamento e concessão em litígio	-	-	(133.173)	(108.016)
Passivos de arrendamento	-	(10)	(398.737)	(549.489)
Despesas bancárias e outros	(3.315)	(4.767)	(26.258)	(54.862)
Reversão de encargos de passivo de arrendamento em litígio ⁽ⁱ⁾	-	-	-	131.243
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(33.981)	(9.686)	(212.380)	(152.484)
Variação cambial e derivativos	(2.830)	(4.477)	(16.098)	(15.006)
Outros encargos e juros	(12.887)	(4.953)	19.992	(722)
	115.393	15.566	(678.256)	(707.329)
Resultado financeiro, líquido	(240.557)	(128.038)	(1.359.940)	(1.473.817)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(785.260)	(472.186)	(2.712.877)	(1.894.425)
Receitas financeiras	209.165	88.693	399.134	176.990
Variação cambial	(42.910)	(72.588)	(489.952)	(1.577.342)
Derivativos e valor justo	378.448	328.043	1.443.755	1.820.960
Resultado financeiro, líquido	(240.557)	(128.038)	(1.359.940)	(1.473.817)

(i) Efeito positivo relativo à parcela de encargos incluída na reversão de passivos de arrendamento em litígio registrada em maio (Nota 5.16.a).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.5 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (que não são de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

a) Descrição dos acordos

A Companhia possui um Plano de Remuneração Baseada em Ações, prevendo a distribuição de ações de emissão da Companhia, a executivos e administradores da Companhia e de suas sociedades controladas, através do “Plano de Ações” ou do “Plano de Opções”.

O plano de remuneração prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia na data de aprovação do plano (2,17% do capital de 31 de dezembro de 2021), já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio; e (iv) incentivar a execução do plano de expansão da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os programas (ações/opções) são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, ou, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada programa e na legislação aplicável.

Cabe ao Conselho determinar os beneficiários e o número de ações/opções a serem concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações, ações que serão transferidas mediante o pagamento do preço de exercício (R\$ 0,01), uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia *Black-Scholes* é usada para determinar o valor justo das opções entregues.

Os programas de opções concedidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 podem ser agrupados de acordo com prazos e condições em:

Programas anteriores à 2020: Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de cinco anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).

Programa especial 2021: Programa de opções, sem *lock-up*, com entregas anuais das ações durante o período de carência de cinco anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*).

Programa Investe 2021: Programa de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 150% a depender do desempenho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os seguintes parâmetros foram utilizados na valorização dos planos de pagamento baseados em ações vigentes na data do balanço:

Planos de opções	Período de carência (anos)	Data da outorga	Taxa de juros	Volatilidade	Ações outorgadas	Exercidas / canceladas	Vigentes em 31/12/2021	Preço de mercado na data de outorga - R\$	Valor justo na data de outorga - R\$
Plano de 2016	5	02/01/2017	11,33%	42,75%	1.476.000	(1.476.000)	-	6,10	6,10
Plano de 2017	5	01/09/2017	9,93%	29,76%	870.900	(255.250)	615.650	10,42	10,42
Plano de 2018	5	01/08/2018	10,93%	31,97%	1.149.544	(308.417)	841.127	13,94	13,94
Plano de 2019	5	15/08/2019	6,28%	27,46%	843.152	(147.214)	695.938	22,18	22,17
Plano de 2020	5	11/11/2020	6,94%	41,03%	776.142	(115.303)	660.839	20,02	20,01
Especial de 2021	5	05/05/2021	7,65%	26,06%	1.481.000	(414.702)	1.066.298	20,85	20,84
Plano de 2021	3	15/09/2021	10,01%	26,51%	1.560.393	(8.422)	1.551.971	18,20	18,19
					8.157.131	(2.725.308)	5.431.823		

b) Reconciliação de opções de ações outorgadas em circulação

O movimento no número de opções em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Antiga ALL		Rumo S.A
	Quantidade de opções	Preço médio de exercício	Quantidade de opções ⁽ⁱ⁾
Saldo em 01 de janeiro de 2020	150.662	56,61	5.228.186
Outorgadas	-	-	776.142
Perdidas / canceladas	(51.311)	-	(1.325.548)
Exercidas / entregues	-	73,59	(146.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	99.351	68,54	4.532.761
Outorgadas	-	-	3.041.393
Exercidas / entregues	-	85,41	(1.436.653)
Perdidas / canceladas	(54.859)	-	(705.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	44.492	74,99	5.431.823

- (i) O preço médio de exercício é de R\$ 0,01 (um centavo) para os programas concedidos pela Companhia.
- (ii) As opções remanescentes foram perdidas em 6 de fevereiro de 2022, sem que fossem exercidas.

c) Despesa reconhecida no resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reconhecidos R\$ 34.698 como despesas relativas à apropriação dos programas de opções (R\$ 13.730 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.6 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado básico e diluído do exercício atribuído aos acionistas controladores	150.538	297.163
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.852.890	1.664.084
Efeito de diluição:		
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações	4.708	4.456
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	1.857.598	1.668.540
Resultado básico por ação ordinária	R\$0,08124	R\$0,17857
Resultado diluído por ação ordinária	R\$0,08104	R\$0,17810

RELATÓRIO DE RESULTADOS 4T21

Curitiba, 17 de fevereiro de 2022 – A RUMO S.A. (B3: RAIL3) (“Rumo”) anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre de 2021 (**4T21**), composto por outubro, novembro e dezembro. Os resultados são apresentados de forma consolidada, de acordo com as regras contábeis brasileiras e internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o 4T21 e 4T20, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques Rumo do 4T21 e 2021

- A quebra de safra trouxe retração de 38,4% nas exportações de milho Brasil na safra 20/21 em relação à safra anterior. Apesar disso, a estratégia comercial de ganho de *market share* possibilitou que a Rumo fosse menos impactada, alcançando o volume transportado de 64,0 bilhões de TKU, 2,5% superior ao volume de 2020.
- Em 2021, a Rumo cresceu 3,7 p.p. no *market share* de exportações de grãos do Mato Grosso. Em Goiás, a Rumo alcançou 54% de participação no mercado de exportação de grãos no mês de dezembro.
- O EBITDA no 4T21 alcançou R\$ 419 milhões, pressionado pela menor tarifa no trimestre, ante o aumento do custo variável, principalmente com combustível, e a pressão de inflação sobre os custos fixos.
- O EBITDA em 2021 atingiu R\$ 3.350 milhões, queda de 8,6% quando comparado a 2020, resultado da compressão de margens, resultado do menor volume de milho, em decorrência do cenário de quebra de safra.
- O lucro líquido no ano foi de R\$ 156 milhões, resultado do menor EBITDA. A dívida líquida no 4T21 foi de R\$ 9,4 bilhões e a alavancagem alcançou 2,8x dívida líquida abrangente/EBITDA LTM.
- O capex no ano de 2021 foi de R\$ 3.453 milhões, em linha com o plano de investimentos.

4T21	4T20	Var.%	Sumário das informações financeiras (Valores em R\$ MM)	2021	2020	Var.%
15.883	16.197	-1,9%	Volume transportado total (TKU milhões)	64.028	62.458	2,5%
2.897	3.533	-18,0%	Volume elevado total (TU mil)	12.493	14.447	-13,5%
1.561	2.261	-30,9%	Volume de solução logística (TU mil)	5.526	7.033	-21,4%
1.512	1.662	-9,0%	Receita operacional líquida ¹	7.440	6.966	6,8%
(1.371)	(1.248)	9,9%	Custo dos produtos vendidos	(5.352)	(4.722)	13,3%
141	414	-65,9%	Lucro bruto	2.088	2.244	-7,0%
9,3%	24,9%	-15,6 p.p.	Margem bruta (%)	28,1%	32,2%	-4,2 p.p.
(144)	(131)	9,7%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(512)	(438)	17,0%
(60)	56	>100%	Outras receitas (despesas) operacionais	(69)	128	>100%
1	2	-25,0%	Equivalência patrimonial	13	13	0,0%
(62)	340	>100%	Lucro operacional	1.520	1.948	-22,0%
481	417	15,3%	Depreciação e amortização	1.831	1.716	6,7%
419	757	-44,6%	EBITDA	3.350	3.664	-8,6%
27,7%	45,6%	-17,8 p.p.	Margem EBITDA (%)	45,0%	52,6%	-7,6 p.p.
(384)	3	>100%	Lucro (prejuízo) líquido	156	305	-48,9%
-25,4%	0,2%	-25,6 p.p.	Margem líquida (%)	2,2%	4,4%	-2,3 p.p.
701	997	-29,7%	Capex	3.453	2.979	15,9%

Nota 1: Inclui a receita pelo direito de passagem de outras ferrovias, receita do transporte de açúcar utilizando outras ferrovias ou o modal rodoviário e receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (*take or pay*).

Teleconferência de Resultados

18 de fevereiro de 2022

[Inglês* - 14h00 \(horário de Brasília\)](#)

*Com tradução simultânea para português

Tel (BR): +55 (11) 4090 – 1621

Tel (US): +1 (844) 204 - 8942

+1 (412) 717 - 9627

Senha: RUMO

Relações com Investidores

E-mail: ir@rumolog.com

Website: ri.rumolog.com



Carta do Presidente

Para falar sobre 2021 temos que voltar ao início do ano, quando a Rumo foi muito clara sobre sua principal prioridade para o ano. Crescimento de volume, com ganho de *market share* para testar sua crescente capacidade instalada.

A quebra da “safrinha” do milho, que reduziu em mais de 10 milhões de toneladas o mercado potencial da Rumo, não nos impediu de fazer o maior volume da nossa história. Chegamos lá com um crescimento na participação de mercado nas nossas operações, buscando volume adicionais em geografias novas e mais distantes dos nossos terminais. Reforçando mais uma vez que temos uma solução logística imbatível do ponto de vista competitivo.

Tivemos excelentes avanços na agenda regulatória com a assinatura do contrato da primeira ferrovia estadual de Mato Grosso. Serão 730 km de trilhos entre Rondonópolis e Lucas do Rio Verde. Também seremos beneficiados pelo avanço na renovação da MRS, que trará a redução de 58% no direito de passagem cobrado da Rumo além de garantir investimentos e capacidade adicional para a Ferradura.

Realizamos entregas estruturantes, entramos em operação com dois novos terminais da Malha Central e atingimos em dezembro 54% de *market share* de grãos em GO. Vimos obras relevantes de ampliação de capacidade e eficiência no Porto de Santos a 3^a linha do Paquetá e do adensamento do Macuco, ambas na margem direita, e que juntas garantem acréscimo de mais de 12 milhões de toneladas/ano de capacidade.

Do ponto de vista operacional, o primeiro ano operando o trem de 120 vagões, com uma nova estrutura de comunicação na serra de Santos e nova geração de otimizadores de circulação, superou todas as nossas expectativas e previsões, reduzindo nosso ciclo quando comparado com 2020 e nos permitirá revisar de forma relevante nosso plano de investimento para os próximos anos. É a eficiência assumindo de forma definitiva o papel de principal driver do crescimento da nossa capacidade.

A Rumo entende que independente da extensão da malha norte, seguiremos de forma consistente com nossa estratégia de encher nossa capacidade ao melhor preço possível. Seguiremos com nossa expansão comercial em um Mato Grosso que ainda esse ano receberá a licença de instalação para Lucas de Rio Verde e continuaremos em busca do crescimento acelerado de volume em Goiás, essa nova fronteira que precisa ser ocupada com velocidade. Esses projetos são um divisor de águas para a Rumo, e que vai colocar o Brasil no mapa como um dos países com a infraestrutura mais eficiente e competitiva do agronegócio.

Para finalizar também trago os avanços na agenda de sustentabilidade e seguimos atuando pautados nos nossos 10 compromissos para o desenvolvimento sustentável, ampliando a eficiência energética do transporte ferroviário e buscando mitigar os impactos atrelados as mudanças climáticas.

João Alberto Abreu
CEO

Resultado Comparável

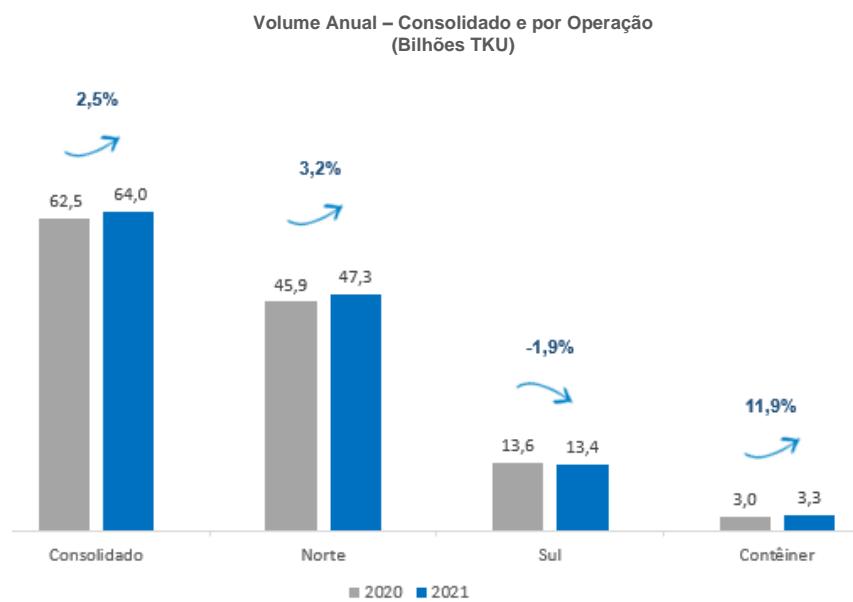
Nesta seção, apresentamos o resultado do quarto trimestre e do ano de 2021, ajustados pelos efeitos da renovação antecipada da Malha Paulista e desconsiderando os resultados da Malha Central para garantir a comparabilidade entre os períodos. Nas demais seções, o resultado apresentado considera todos os efeitos acima mencionados.

Sumário das informações financeiras (Valores em R\$ MM)	4T21	Malha Central	4T21 Comparável	4T20	Malha Central	Malha Paulista ²	4T20 Comparável	Var.%	
Volume transportado total (TKU milhões)	15.883	(942)	14.941	16.197	-	-	16.197	-7,8%	
Receita operacional líquida	1.512	(76)	1.437	1.662	-	-	1.662	-13,6%	
Lucro bruto	141	24	165	414	-	-	414	-60,3%	
Margem bruta (%)	9,3%	-31,1%	11,4%	24,9%	n/a	n/a	24,9%	-13,5 p.p.	
Despesas comerciais, gerais e admin.	(144)	13	(131)	(131)	13	-	(118)	10,7%	
Outras receitas (despesas) op. e eq. pat.	(59)	-	(59)	58	25	(31)	51	>100%	
Lucro operacional	(62)	37	(25)	340	38	(31)	347	>100%	
Depreciação e amortização	481	(49)	432	417	(25)	-	392	10,2%	
EBITDA	419	(12)	407	757	13	(31)	739	-45,0%	
Margem EBITDA (%)	27,7%	16,6%	28,3%	45,6%	n/a	n/a	44,5%	-16,2 p.p.	
Capex	701	(67)	634	997	(364)	-	633	0,1%	
Sumário das informações financeiras (Valores em R\$ MM)	2021	Malha Central	Malha Paulista ²	2021 Comparável	2020	Malha Central	Malha Paulista ²	2020 Comparável	Var.%
Volume transportado total (TKU milhões)	64.028	(3.679)	-	60.349	62.458	-	-	62.458	-3,4%
Receita operacional líquida	7.440	(408)	-	7.032	6.966	-	-	6.966	0,9%
Lucro bruto	2.088	(75)	-	2.013	2.244	-	-	2.244	-10,4%
Margem bruta (%)	28,1%	18,1%	n/a	28,6%	32,2%	n/a	n/a	32,2%	-4 p.p.
Despesas comerciais, gerais e admin.	(512)	36	-	(476)	(438)	40	-	(397)	20,2%
Outras receitas (despesas) op. e eq. pat.	(56)	1	(53)	(108)	141	99	(316)	(76)	43,6%
Lucro operacional	1.520	(38)	(53)	1.429	1.948	139	(316)	1.771	-19,5%
Depreciação e amortização	1.831	(153)	-	1.678	1.716	(98)	-	1.618	3,7%
EBITDA	3.350	(191)	(53)	3.107	3.664	41	(316)	3.389	-8,5%
Margem EBITDA (%)	45,0%	47,2%	n/a	44,1%	52,6%	n/a	n/a	48,7%	-4,5 p.p.
Capex	3.453	(921)	-	2.533	2.979	(711)	-	2.268	12%

Nota 2: Efeitos do processo da renovação da Malha Paulista.

1. Sumário Executivo do 4T21

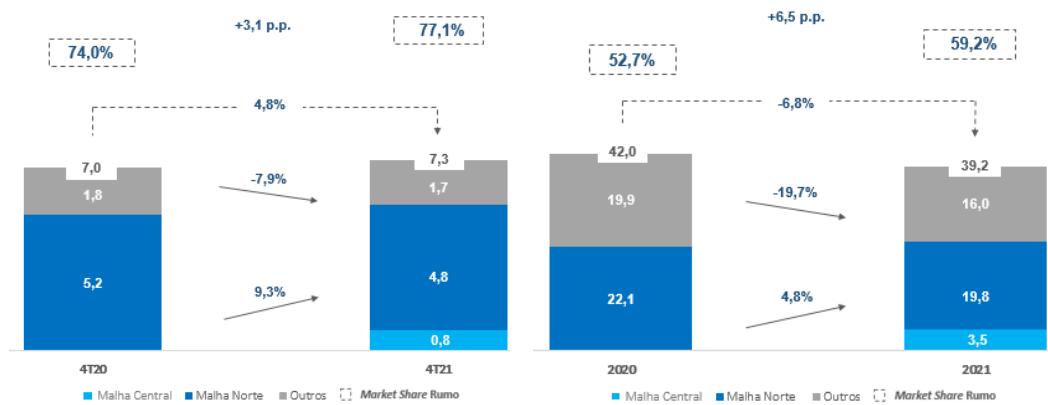
O volume transportado pela Rumo em 2021 atingiu 64,0 bilhões de TKU, 2,5% acima do ano anterior. Esse resultado é consequência da quebra de safra do milho, ocorrida no segundo semestre, a qual foi atenuada por uma estratégia comercial que trouxe ganho de *market share*. Na **Operação Norte**, houve aumento de 3,2% dos volumes transportados, apesar da queda de 30,3% do volume transportado de milho. Na **Operação Sul**, o volume transportado caiu 1,9%, em função de efeitos ainda mais severos da quebra de safra, resultando em uma redução de 78,3% do volume transportado de milho. A **Operação de Contêineres** apresentou crescimento de 11,9% do volume total transportado, em decorrência do aumento do fluxo de exportação e recuperação de volumes do mercado interno, no qual a Brado teve expansão.



Fonte: Sistema Rumo

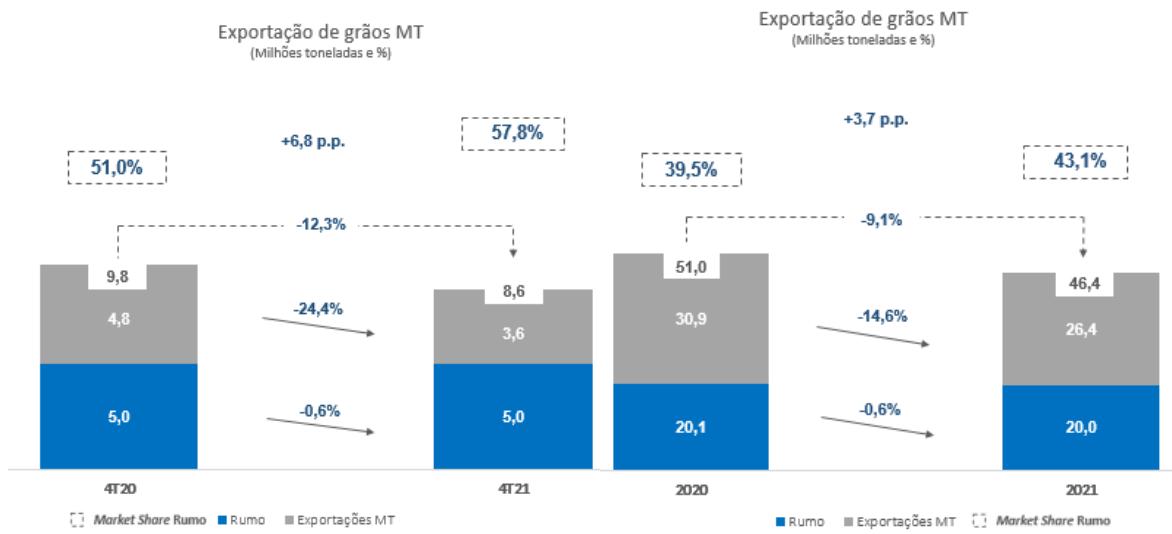
Em 2021, a Rumo ganhou 6,5 p.p. de *market share* de grãos exportados pelo Porto de Santos (SP) em relação ao ano anterior, mesmo com a queda de 6,8% do mercado de grãos exportados via Santos. O volume de grãos transportados pela Companhia até o Porto de Santos cresceu 4,8%, impulsionado pelo início da operação na Malha Central.

Exportações de grãos pelo porto de Santos (SP) e *market share* Rumo
(Milhões de toneladas e %)



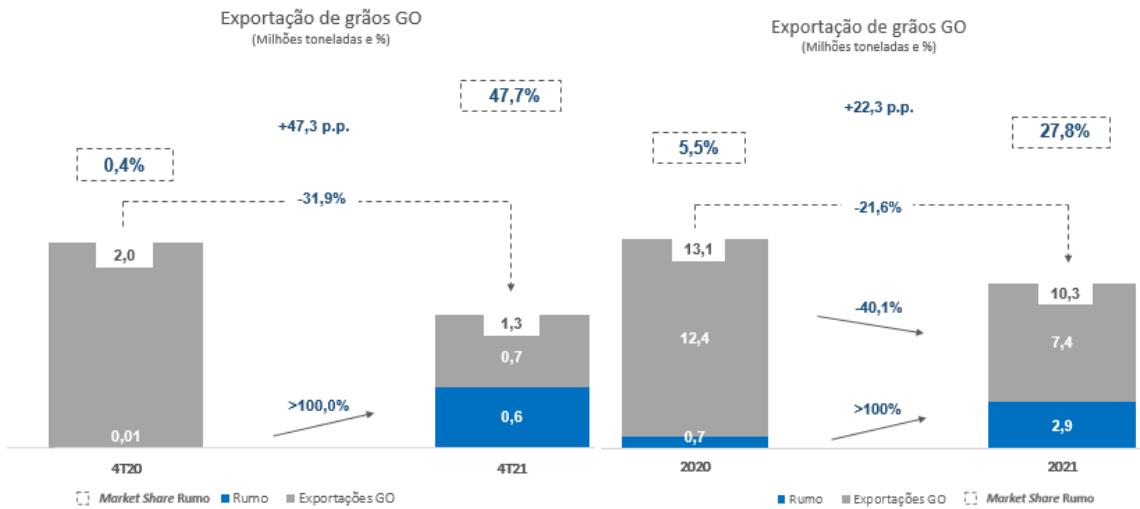
Fonte: Agência Marítima e Sistema Rumo

Analisando apenas as exportações de grãos do Mato Grosso, houve **ganho de share de 3,7 p.p.**, ainda que o mercado do Estado tenha apresentado retração de 9,1% nas exportações de grãos no ano, corroborando a estratégia de competitividade da Malha Norte.



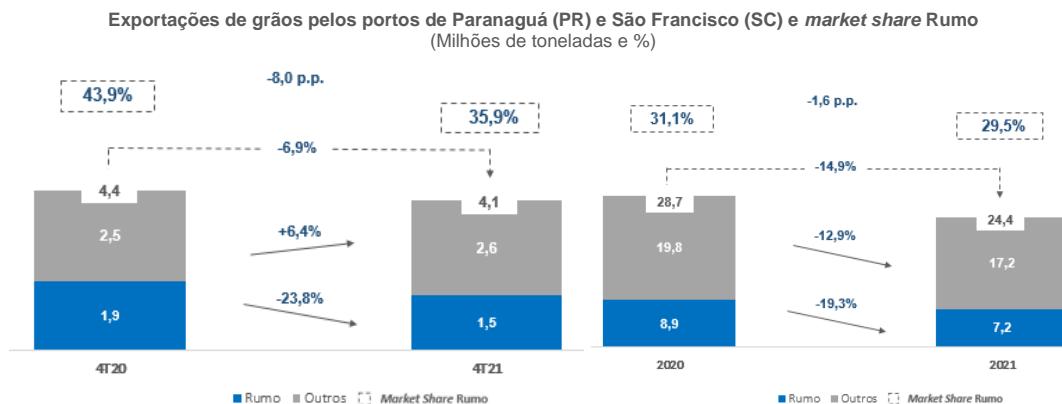
Fonte: Sistema Rumo

No estado de Goiás, apesar da queda de 21,6% nas exportações de grãos, com o início da operação dos terminais de São Simão e Rio Verde, a Rumo alcançou 47,7% de *market share* no 4T21, com 54% no mês de dezembro.



Fonte: Sistema Rumo

A Operação Sul perdeu 1,6 p.p. no *market share* de transporte de grãos aos portos de Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC). O volume para os portos do Sul caiu 19,3%, enquanto o mercado apresentou uma queda de 14,9%. A isenção temporária das tarifas de pedágio do Paraná e a quebra de safra de milho contribuíram para a redução do frete rodoviário. Nesse mesmo período, as tarifas ferroviárias cresceram 14,7%, o que resultou em um menor nível de *market share* para a Rumo.



Fonte: Agência Marítima e Sistema Rumo

A receita líquida totalizou R\$ 7.440 milhões no ano, 6,8% acima de 2020, em função do aumento de 4,5% na tarifa consolidada e de 2,5% no volume. As tarifas no primeiro semestre refletiram o repasse dos ajustes do preço de combustível, e no segundo semestre foram impactadas negativamente pela quebra de safra de milho, pela captura do volume de grãos em regiões mais distantes e também pela maior pressão sobre os preços spots de grãos.

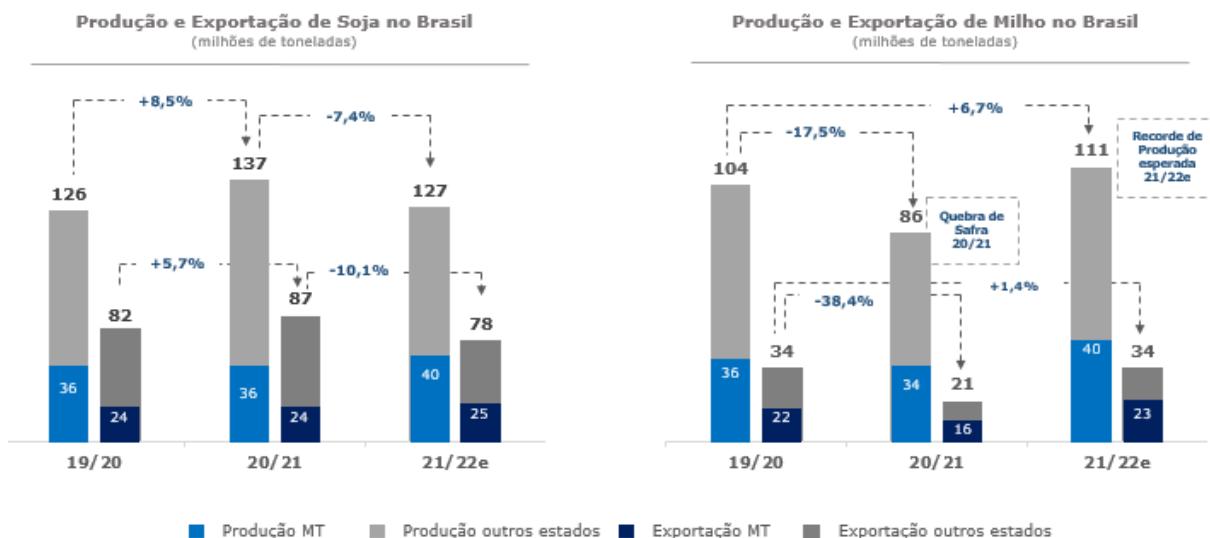
O EBITDA atingiu R\$ 419 milhões no 4T21, totalizando R\$ 3.350 milhões em 2021. Em função da quebra de safra de milho no segundo semestre, o crescimento de volume e tarifa, a partir a estratégia de ganho de *market share*, visando ocupar mais capacidade, foi insuficiente para cobrir o aumento do custo variável e a pressão de inflação sobre os custos fixos. Em decorrência disso, a margem EBITDA fechou o ano em 45%. O **custo variável** subiu 18,3%, ainda em razão do aumento de 47% do preço do combustível, que gerou um aumento de 43,5% dos gastos com combustível, apesar do ganho de 3,5% em eficiência energética. Os **custos fixos e despesas gerais e administrativas** subiram 9,3%, principalmente em razão dos efeitos de inflação e dissídio, além da entrada da Malha Central.

O **lucro líquido** em 2021 alcançou R\$ 156 milhões, e foi influenciado pelas mesmas variáveis que afetaram o EBITDA. A dívida líquida no 4T21 foi de R\$ 9,4 bilhões e a alavancagem alcançou 2,8x dívida líquida abrangente/EBITDA LTM.

Com relação ao mercado de **soja** em 2022, segundo as projeções da Agroconsult, o Brasil deverá ter uma safra de 127 milhões de toneladas, das quais 78 milhões devem ser exportadas. Nos estados de Mato Grosso e Goiás, são esperados recordes de produção em 2022. Enquanto o MT deve produzir cerca de 40 milhões de toneladas, 11,2% a mais do que a safra 20/21, em GO é esperada uma produção de 15 milhões de toneladas, 10,6% superior à safra anterior. Apesar do crescimento esperado na região Centro-Oeste, a estiagem na região Sul tem reduzido as projeções nacionais de produção, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. Dentre as principais regiões onde atuamos, até o dia 10 de fevereiro de 2022, a colheita de soja nos estados do Sul e do Centro-Oeste apresenta substanciais avanços em relação à média dos últimos 5 anos, com destaque para os estados do Mato Grosso e do Paraná, onde a colheita alcançou 56,6% e 23,5% respectivamente, ante as médias de 41,4% e 11,9% na mesma data.

Conforme já reportado nos trimestres anteriores, a quebra de safra do **milho** impactou o volume de exportações em todos os estados no segundo semestre de 2021 e também gerou a necessidade do Mato Grosso suprir a baixa disponibilidade do produto no mercado interno em outros estados. Em relação ao ano de 2022 estima-se uma produção recorde, em torno de 111 milhões de toneladas, das quais, aproximadamente 34 milhões devem ser destinadas à exportação, o que representa um aumento de 62% em relação a 2021. Diferentemente do ano de 2021, quando houve atraso na safra de soja, a antecipação significativa do plantio e da colheita em relação à média dos últimos 5 anos permite uma janela mais favorável para o cultivo e a colheita do milho, o que traz, por ora, perspectivas positivas para a safra 2022. Até o dia 10 de fevereiro de 2022, o plantio de milho na região Centro-Sul alcançou

41,6% da área plantada, ante a média dos últimos 5 anos de 24,8%. No Mato Grosso, o indicador alcançou 63,9% e no Paraná 33,5%, enquanto a média histórica para os estados na mesma data é de 42,4% e 15,1% respectivamente.



Fonte: IM Rumo, Agroconsult e Cargonave.
Nota: (e) – estimativa

Na agenda de aspectos **ambientais, sociais e de governança (ESG)**, a Companhia apresentou importantes avanços. Abaixo, os destaques de 2021:

Índices de Sustentabilidade:

Em 2022, pela primeira vez, a Rumo faz parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A Companhia é a única empresa de logística a compor a carteira do principal índice de sustentabilidade da Bolsa de Valores do Brasil (B3). Além disso, também houve evolução nas ações para mitigação das mudanças climáticas, representada pela melhora da nota no Carbon Disclosure Program (CDP), de B- para B+. Adicionalmente, a Rumo integra a carteira do Índice de Carbono Eficiente - ICO2, indicador criado pela B3 em parceria com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O índice é composto por ações de empresas participantes do IBrX-50 (indicador do desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro), que aceitaram assumir práticas transparentes em relação às suas emissões de gases estufa (GEE), afirmando a preocupação com o aquecimento global.

Avanços e compromissos:

Pela primeira vez, os indicadores do Relatório Anual de Sustentabilidade foram assegurados por terceira parte, reforçando a confiabilidade dos dados e o compromisso com a transparência da Companhia. O Relatório trouxe também importantes melhorias, como a criação de dois novos compromissos com o desenvolvimento sustentável, focados em desenvolver ações de sustentabilidade com fornecedores e clientes, além da meta de garantir a rastreabilidade de 100% das commodities agrícolas até 2025. Em 2021, também houve a inclusão de Metas ESG na remuneração variável dos colaboradores e a ampliação do número de mulheres integrantes do Conselho de Administração, que atualmente representa 3 dos 10 membros titulares. No terceiro trimestre, foi criado o Instituto Rumo, que iniciou suas atividades focadas em jovens e adolescentes, com a primeira turma realizada na cidade de Rondonópolis/MT. Além disso, a Rumo aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção do Instituto Ethos e é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres. Reforçando a estratégia

de captação de recursos atrelados à sustentabilidade, a Rumo realizou duas operações com esse viés em 2021, encerrando o ano com 30,5% de dívidas sustentáveis em relação ao total.

Reconhecimentos:

Reforçando o comprometimento da Companhia em transformar o modal ferroviário e a cadeia logística nacional, a Rumo foi reconhecida com o 1º lugar da categoria “Logística” no prêmio “As melhores da Isto É Dinheiro 2021” e na categoria “Infraestrutura”, da Época 360º. A Companhia também está entre as 150 empresas mais inovadoras, segundo o Valor Econômico e conquistou o Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol. Como reconhecimento a empresas que possuem pelo menos duas mulheres conselheiras efetivas em seus quadros, a Rumo recebeu o “Selo Women on Board”, da ONU Mulheres.

2. Indicadores Operacionais e Financeiros Consolidados

4T21	4T20	Var.%	Sumário das Informações Financeiras (Valores em R\$ MM)	2021	2020	Var.%
15.883	16.197	-1,9%	Volume transportado total (TKU milhões)	64.028	62.458	2,5%
12.852	13.216	-2,8%	Produtos agrícolas	51.800	51.830	-0,1%
2.145	273	>100%	Soja	20.892	17.453	19,7%
2.116	2.001	5,8%	Farelo de soja	8.512	7.548	12,8%
5.834	7.497	-22,2%	Milho	12.538	17.173	-27,0%
1.269	1.902	-33,3%	Açúcar	4.668	5.011	-6,8%
1.309	1.388	-5,7%	Fertilizantes	5.008	4.465	12,2%
179	155	15,0%	Outros grãos	182	180	-1,1%
2.199	2.150	2,3%	Produtos industriais	8.918	7.672	16,2%
1.330	1.295	2,7%	Combustível	5.298	4.367	21,3%
869	854	1,7%	Industriais	3.619	3.305	9,5%
832	832	0,0%	Contêiner	3.309	2.956	11,9%
78,6	83,8	-6,1%	Tarifa média transporte (R\$/TKU x 1000) ³	98,1	93,9	4,5%
1.512	1.662	-9,0%	Receita operacional líquida	7.440	6.966	6,8%
1.249	1.358	-7,9%	Transporte	6.279	5.864	7,1%
88	88	0,0%	Elevação	353	359	-1,7%
135	210	-35,7%	Solução Logística ⁴	501	647	-22,5%
40	6	>100%	Outras receitas ⁵	307	96	>100%
419	757	-44,7%	EBITDA	3.350	3.664	-8,6%
27,7%	46,6%	-17,8 p.p.	Margem EBITDA (%)	45,0%	52,6%	-7,6 p.p.

Nota 3: Tarifa média de transporte considerando o valor final do cliente (contêiner) e sem take or pay e direito de passagem.

Nota 4: Receita do transporte de açúcar utilizando outras ferrovias ou o modal rodoviário.

Nota 5: Inclui a receita pelo direito de passagem de outras rodovias, e receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (take or pay), dentre outros.

4T21	4T20	Var.	Tarifa por Operação Operação Norte ⁶	2021	2020	Var.
69,7	80,6	-13,5%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	92,9	91,8	1,2%
75,1%	73,5%	1,5 p.p.	% Volume	73,9%	73,4%	0,5 p.p.
Operação Sul						
105,8	93,1	13,6%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	116,4	101,5	14,7%
19,7%	21,3%	-1,6 p.p.	% Volume	20,9%	21,8%	-0,9 p.p.
Contêiner						
105,0	90,8	15,6%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	97,5	91,3	6,8%
5,2%	5,1%	0,1 p.p.	% Volume	5,2%	4,7%	0,4 p.p.
Consolidado						
78,6	83,8	-6,1%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	98,1	93,9	4,5%

Nota 6: A partir do 1T21, inclui os valores da Malha Central.

3. Resultados por Unidades de Negócio

Unidades de Negócio

As unidades de negócio (segmentos reportáveis) estão assim organizadas:

- **Operação Norte** Malha Norte, Malha Paulista, Malha Central e Operação Portuária em Santos
- **Operação Sul** Malha Oeste e Malha Sul
- **Operação de Contêineres** Operações de contêineres, incluindo a Brado Logística

Resultado por Unidade de Negócio 4T21	Operação Norte ⁷	Operação Sul	Operação Contêiner	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	11.923	3.128	832	15.883
Receita operacional líquida	1.075	347	91	1.512
Custo de produtos e serviços	(913)	(370)	(88)	(1.371)
Lucro (prejuízo) bruto	162	(24)	3	141
Margem bruta (%)	15,1%	-6,9%	2,8%	9,3%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(111)	(23)	(9)	(144)
Outras receitas (despesas) operacionais e eq. patrimonial	(67)	(12)	19	(59)
Depreciação e amortização ³	333	133	15	481
EBITDA	317	75	27	419
Margem EBITDA (%)	29,5%	21,6%	29,9%	27,7%

Resultado por Unidade de Negócio 2021	Operação Norte ⁷	Operação Sul	Operação Contêiner	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	47.335	13.383	3.309	64.028
Receita operacional líquida	5.480	1.624	336	7.440
Custo de produtos e serviços	(3.524)	(1.500)	(328)	(5.352)
Lucro (prejuízo) bruto	1.956	124	8	2.088
Margem bruta (%)	35,7%	7,6%	2,3%	28,1%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(384)	(92)	(36)	(512)
Outras receitas (despesas) operacionais e eq. patrimonial	(18)	(62)	23	(56)
Depreciação e amortização ³	1.254	522	54	1.831
EBITDA	2.808	492	50	3.350
Margem EBITDA (%)	51,2%	30,3%	14,9%	45,0%

Nota 7: A partir do 1T21, inclui os valores da Malha Central.

Operação Norte

4T21	4T20	Var. %	Dados operacionais	2021	2020	Var. %
11.923	11.911	0,1%	Volume transportado total (TKU milhões)	47.335	45.862	3,2%
10.547	10.658	-1,0%	Produtos agrícolas - Total	42.060	41.436	1,5%
9.605	10.658	-9,9%	Produtos agrícolas - Malhas Norte e Paulista	38.381	41.436	-7,4%
943	-	>100%	Soja	13.642	12.567	8,5%
1.703	1.868	-8,8%	Farelo de soja	7.348	6.904	6,4%
5.162	6.477	-20,3%	Milho	10.714	15.377	-30,3%
641	1.076	-40,5%	Açúcar	2.267	2.679	-15,4%
1.156	1.236	-6,5%	Fertilizantes	4.410	3.909	12,8%
942	-	>100%	Produtos agrícolas - Malha Central	3.679	-	>100%
230	-	>100%	Soja	1.815	-	>100%
223	-	>100%	Farelo de soja	429	-	>100%
488	-	>100%	Milho	1.434	-	>100%
1.376	1.253	9,8%	Produtos industriais - Malhas Norte e Paulista	5.275	4.426	19,2%
870	805	8,1%	Combustível	3.381	2.623	28,9%
506	448	12,9%	Industriais	1.895	1.803	5,1%
69,7	80,6	-13,5%	Tarifa média transporte ⁸	92,9	91,8	1,2%
2.897	3.533	-18,0%	Volume elevado total (TU mil)	12.493	14.447	-13,5%
30,3	24,9	21,9%	Tarifa média elevação (R\$/TU)	28,2	24,8	13,7%

Nota 8: A tarifa para o 4T21 considera os volumes da Malha Central, que se tornou operacional no primeiro trimestre.

O volume total transportado na Operação Norte alcançou 47,3 bilhões de TKU em 2021, crescimento de 3,2% em relação a 2020. A performance foi impactada principalmente pela quebra de safra do milho, que resultou em uma perda de 30,3% em relação ao ano anterior nesse produto. A redução desse volume foi atenuada pelo ganho de *market share* e o melhor desempenho no transporte de combustível e fertilizantes, que cresceram 28,9% e 12,8% respectivamente, além do início da operação na Malha Central, que registrou 3,7 bilhões de TKU no ano.

4T21	4T20 ⁹	Var. %	Dados financeiros (Valores em R\$ MM)	2021	2020 ⁹	Var. %
1.075	1.257	-14,5%	Receita operacional líquida	5.480	5.271	4,0%
831	960	-13,4%	Transporte	4.399	4.210	4,5%
135	210	-35,7%	Solução logística	501	647	-22,5%
88	88	0,0%	Elevação portuária	353	359	-1,7%
21	(1)	>100%	Outras receitas ¹⁰	227	55	>100%
(913)	(851)	7,3%	Custo dos serviços prestados	(3.524)	(3.134)	12,4%
(384)	(391)	-1,8%	Custo variável	(1.529)	(1.362)	12,3%
(198)	(193)	2,4%	Custo fixo	(750)	(720)	4,1%
(331)	(267)	24,0%	Depreciação e amortização	(1.245)	(1.052)	18,3%
162	406	-60,1%	Lucro bruto	1.956	2.137	-8,5%
15,1%	32,4%	-17,3p.p.	Margem bruta (%)	35,7%	40,5%	-4,8 p.p.
(111)	(98)	14,1%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(384)	(313)	22,7%
(67)	67	>100%	Outras receitas (despesas) op. e eq. patrimoniais	(18)	261	>100%
333	294	13,5%	Depreciação e amortização	1.254	1.156	8,5%
317	669	-52,6%	EBITDA	2.808	3.240	-13,3%
29,5%	54,2%	-25 p.p.	Margem EBITDA (%)	51,2%	61,6%	-10 p.p.

Nota 9: Incluídos os efeitos da Malha Central no 4T20, portanto, os resultados do 4T20 divergem dos valores anteriormente publicados.

Nota 10: Inclui a receita pelo direito de passagem de outras ferrovias, receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (*take or pay*) e volume referente a Transbordo.

O EBITDA no 4T21 foi de R\$ 317 milhões, e totalizou R\$ 2.808 milhões em 2021, 13,3% abaixo do ano anterior. A quebra de safra de milho impactou os volumes e a tarifa no segundo semestre. Adicionalmente, a estrutura de repasse de custos com combustível também contribuiu para a redução da margem EBITDA. O custo fixo e as despesas gerais, comerciais e administrativas subiram 9,8% ano contra ano, em função do aumento de custos com pessoal (dissídio), inflação para os demais gastos e entrada em operação da Malha Central. O custo variável cresceu 12,3%, principalmente em razão do aumento do preço do combustível, de 46%, apesar da melhora de 4% da eficiência energética.

Operação Sul

4T21	4T20	Var. %	Dados operacionais	2021	2020	Var. %
3.128	3.454	-9,4%	Volume transportado total (TKU milhões)	13.383	13.640	-1,9%
2.305	2.557	-9,9%	Produtos agrícolas	9.740	10.394	-6,3%
972	273	>100%	Soja	5.435	4.886	11,2%
189	132	43,1%	Farelo de soja	735	644	14,1%
183	1.020	-82,0%	Milho	390	1.796	-78,3%
628	826	-23,9%	Açúcar	2.401	2.332	2,9%
153	152	1,0%	Fertilizantes	598	556	7,6%
178	155	15,0%	Outros grãos	182	180	0,8%
823	897	-8,2%	Produtos industriais	3.642	3.246	12,2%
460	491	-6,1%	Combustível	1.918	1.744	9,9%
363	406	-10,6%	Industriais	1.725	1.502	14,8%
105,8	93,1	13,6%	Tarifa média transporte	116,4	101,5	14,7%

A Operação Sul apresentou retração de 1,9% no volume transportado em 2021, atingindo 13,4 bilhões de TKU, refletindo a quebra de safra do milho, que foi mais severa nos estados da região Sul e os efeitos da isenção temporária de pedágio no Paraná. Houve crescimento no ano em todos os demais segmentos, com destaque para cargas industriais (14,8%), soja (11,2%) e combustível (9,9%).

4T21	4T20	Var. %	Dados financeiros (Valores em R\$ MM)	2021	2020	Var. %
347	325	6,7%	Receita operacional líquida	1.624	1.410	15,2%
331	322	2,9%	Transporte	1.558	1.384	12,5%
16	3	>100%	Outras receitas ¹¹	66	26	>100%
(370)	(319)	16,0%	Custo dos serviços prestados	(1.500)	(1.295)	15,9%
(113)	(86)	31,5%	Custo variável	(436)	(318)	36,8%
(125)	(128)	-2,9%	Custo fixo	(543)	(489)	11,0%
(133)	(105)	26,4%	Depreciação e amortização	(521)	(487)	7,0%
(24)	6	>100%	Lucro (prejuízo) bruto	124	115	7,3%
-6,9%	1,7%	-8,6 p.p.	Margem bruta (%)	7,6%	8,2%	-0,6 p.p.
(23)	(26)	-11,4%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(92)	(85)	8,3%
(12)	(13)	-8,5%	Outras receitas (despesas) op. e eq. patrimoniais	(62)	(144)	-57,2%
133	105	26,4%	Depreciação e amortização	522	488	7,0%
75	72	3,7%	EBITDA	492	374	31,6%
21,6%	22,2%	-0,6 p.p.	Margem EBITDA (%)	30,3%	26,5%	3,8 p.p.

Nota 11: Inclui a receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (*take or pay*).

O EBITDA da Operação Sul totalizou R\$ 75 milhões no 4T21 e R\$ 492 milhões em 2021, 31,6% acima do ano anterior, refletindo principalmente a alta de 14,7% na tarifa. O custo variável cresceu 36,8%, principalmente em razão do aumento de 48% no preço de combustível, enquanto a eficiência energética teve melhora de 1,6%. Os custos fixos e despesas gerais e administrativas subiram 10,6%, principalmente em razão dos efeitos de inflação e dissídio. Com isso, a margem EBITDA atingiu 30,3%, 3,8 p.p. acima de 2020.

Operação de Contêineres

4T21	4T20	Var. %	Dados operacionais	2021	2020	Var. %
21.915	21.482	2,0%	Volume total em contêineres	87.363	82.771	5,5%
105,0	90,8	15,6%	Tarifa média intermodal (R\$/TKUx1000)	97,5	91,3	6,8%
832	832	0,0%	Volume total (milhões de TKU)	3.309	2.956	11,9%

O volume da Operação de Contêineres em 2021 cresceu 11,9% frente a 2020, atingindo 3.309 milhões de TKU. O resultado se deve à recuperação do mercado interno, no qual a Brado teve forte expansão, com mais de 50% de aumento no transporte de produtos agrícolas e mais de 40% nas cargas destinadas ao Mato Grosso, com destaque para defensivos agrícolas, ração animal e fertilizantes. Além disso, houve aumento do fluxo de exportação de produtos como madeira e algodão.

4T21	4T20	Var. %	Dados financeiros (Valores em R\$ MM)	2021	2020	Var. %
91	80	14,1%	Receita operacional líquida	336	286	17,5%
87	76	15,6%	Transporte	323	270	19,5%
3	4	-14,2%	Outras receitas ¹²	13	16	-16,3%
(88)	(78)	13,5%	Custo dos serviços prestados	(328)	(294)	11,7%
(49)	(36)	36,9%	Custo variável	(177)	(128)	38,3%
(25)	(24)	2,5%	Custo fixo	(98)	(97)	0,6%
(15)	(18)	-17,7%	Depreciação e amortização	(54)	(69)	-22,2%
3	2	40,3%	Lucro (prejuízo) bruto	8	(8)	>100%
2,8%	2,3%	0,5 p.p.	Margem bruta (%)	2,3%	-2,8%	5,1 p.p.
(9)	(8)	21,6%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(36)	(39)	-10,0%
19	3	>100%	Outras receitas (despesas) operacionais	23	25	-5,2%
15	19	-20,8%	Depreciação e amortização	54	72	-24,4%
27	16	71,9%	EBITDA	50	49	1,8%
29,9%	19,9%	10,1 p.p.	Margem EBITDA (%)	14,9%	17,2%	-2,3 p.p.

Nota 12: Inclui receita das unidades de serviço.

A Operação de Contêineres apresentou EBITDA de R\$ 27 milhões no 4T21 e R\$ 50 milhões em 2021, 1,8% acima de 2020. A receita operacional líquida aumentou 17,5%, em decorrência do melhor mix de produtos e da melhor negociação de tarifas. O custo variável aumentou 38,3%, principalmente em função do aumento do preço do combustível e dos maiores custos com frete das pontas rodoviárias. O custo fixo e as despesas gerais e administrativas reduziram 1,5%. Com isso, a margem EBITDA atingiu 14,9% no ano.

4. Demais Linhas do Resultado

Composição dos Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

4T21	4T20	Var. %	Custos Consolidados (Valores em R\$ MM)	2021	2020	Var. %
(1.515)	(1.379)	9,9%	Custos consolidados e Desp. Com., Gerais e Adm.	(5.864)	(5.159)	13,7%
(546)	(512)	6,5%	Custos variáveis	(2.142)	(1.810)	18,3%
(461)	(349)	31,8%	Custo variável de transporte ferroviário	(1.783)	(1.290)	38,1%
(337)	(242)	39,2%	Combustível e lubrificantes	(1.307)	(911)	43,5%
(105)	(92)	14,2%	Custo logístico próprio ¹³	(403)	(311)	29,6%
(18)	(15)	20,8%	Outros custos variáveis ¹⁴	(73)	(69)	5,8%
(89)	(110)	-19,6%	Custo variável Solução Logística ¹⁵	(346)	(452)	-23,4%
4	(53)	>100%	Custo variável de Elevação	(13)	(67)	-81,4%
(488)	(474)	2,9%	Custos fixos e Despesas Comerciais, Gerais Adm.	(1.891)	(1.731)	9,3%
(230)	(200)	15,2%	Custos com pessoal	(891)	(741)	20,2%
(21)	(29)	-29,3%	Manutenção	(141)	(141)	n/a
(23)	(21)	13,5%	Serviço com terceiros	(92)	(76)	21,0%
(45)	(53)	-14,7%	Segurança e facilities	(185)	(186)	-0,2%
(28)	(43)	-35,4%	Outros custos de operação	(81)	(159)	-49,2%
(141)	(129)	9,5%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(501)	(428)	17,1%
(481)	(392)	22,6%	Depreciação e Amortização	(1.831)	(1.618)	13,1%

Nota 13: Custos logísticos próprios incluem areia, direito de passagem, terminais e outros custos variáveis.

Nota 14: Custos com aluguel de material rodante, energia elétrica, ponta rodoviária na Operação de Contêineres, e *take or pay*.

Nota 15: Custos de frete com terceiros incluem contratações de fretes rodoviários e ferroviários com outras concessionárias.

Em 2021, o **custo variável** apresentou crescimento de 18,3% contra o ano de 2020. O aumento do gasto com combustível, foi decorrente do preço do combustível, que aumentou 47%, apesar de um ganho de eficiência energética de 3,5%. O custo logístico próprio cresceu 29,6%, devido aos efeitos de inflação, aumento do custo rodoviário e início da operação da Malha Central.

Os **custos fixos e despesas gerais e administrativas** tiveram acréscimo de 9,3% sobre o ano anterior, refletindo os maiores gastos em função de inflação e dissídio, além da entrada em operação da Malha Central. Os custos de depreciação e amortização subiram 13,1%, em função dos maiores níveis de investimento.

Resultado Financeiro

4T21	4T20	Var. %	Resultado financeiro (Valores em R\$ MM)	2021	2020	Var. %
(368)	(223)	65,2%	Custo da dívida bancária bruta¹⁶	(992)	(901)	10,1%
(2)	(12)	-83,2%	Encargos sobre arrendamento mercantil	(31)	(48)	-35,5%
139	35	>100%	Rendimentos de aplicações financeiras	311	135	>100%
(232)	(200)	16,2%	(=) Custo da dívida abrangente líquida	(713)	(815)	-12,5%
(54)	(19)	>100%	Variação monetária sobre os passivos de concessão	(133)	(108)	23,3%
(78)	(64)	21,8%	Passivos de arrendamento ¹⁷	(368)	(501)	-26,7%
(103)	(23)	>100%	Juros sobre contingências e contratos comerciais	(212)	(152)	39,7%
22	2	>100%	Demais despesas financeiras	66	102	-35,3%
(445)	(304)	46,4%	(=) Resultado financeiro	(1.360)	(1.474)	-7,7%

Nota 16: Inclui juros, variação monetária, resultado líquido de derivativos e outros encargos da dívida.

Nota 17: Considera ajustes conforme IFRS 16.

O **resultado financeiro** em 2021 teve uma redução de cerca de 8% quando comparado a 2020. O custo da dívida bancária teve um incremento em função do aumento do CDI, além do maior saldo da dívida bruta por conta das captações efetuadas no período. Esse aumento foi parcialmente compensado pelo rendimento com aplicações financeiras, já que o caixa no período também aumentou. Além disso, os seguintes efeitos contribuíram para o resultado de 2021 em relação ao ano anterior: (i) ganho de curva do swap, de R\$ 183 milhões, no processo de desmonte dos *bonds* 2024 e 2025; e (ii) efeito negativo em 2020, de R\$ 173 milhões, decorrente da alteração de metodologia de marcação à mercado dos derivativos da Companhia.

O **custo com passivos de arrendamento** reduziu cerca de 27% em relação ao ano anterior, refletindo a diminuição os pré-pagamentos de parcelas vincendas das outorgas de concessões ferroviárias, no valor total de R\$ 5,1 bilhões, em setembro de 2020.

Imposto de Renda e Contribuição Social

4T21	4T20	Var. %	Imposto de renda e contribuição social (Valores em R\$ MM)	2021	2020	Var. %
(507)	36	>100%	Lucro antes do IR/CS	160	475	-66,3%
34,0%	34,0%	0 p.p.	Alíquota teórica de IR/CS	34,0%	34,0%	0 p.p.
172	(12)	>100%	Receita (despesa) teórica com IR/CS	(54)	(161)	-66,3%
Ajustes para cálculo da taxa efetiva						
(82)	(26)	>100%	Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ¹⁸	(202)	(145)	39,3%
3	13	76,0%	Incentivo fiscal advindo da Malha Norte ¹⁹	200	109	83,5%
1	1	n/a	Equivalência patrimonial	4	4	n/a
29	(8)	>100%	Outros efeitos	48	23	>100%
123	(33)	>100%	Receita (despesa) com IR/CS	(4)	(170)	-97,4%
-24,3%	-91,7%	67,4 p.p.	Alíquota efetiva (%)	-2,5%	-35,8%	33,3 p.p.
(75)	(10)	>100%	IR/CS corrente	(551)	(242)	>100%
198	(23)	>100%	IR/CS diferido	546	72	>100%

Nota 18: Em função de falta de perspectiva de apuração de lucro tributável futuro em determinadas companhias, não foi constituído IR/CS diferido sobre o prejuízo fiscal gerado.

Nota 19: A Malha Norte possui benefício SUDAM que dá direito à redução de 75% do IRPJ (alíquota de 25%) até 2023.

5. Empréstimos e Financiamentos

O endividamento abrangente bruto ao final do 4T21, foi de R\$ 20,3 bilhões, 10,8% acima do 3T21, refletindo majoritariamente a captação da 3ª debênture, na Rumo Malha Paulista S.A., e o desembolso das Sênior Notes 2032, na Rumo Luxembourg S.a.r.l. Além disso, foi efetuado o desmonte parcial da estrutura de hedge vinculada ao Bond 2025, gerando uma redução no saldo de instrumentos derivativos líquidos, que contribui para o aumento do endividamento abrangente bruto. O endividamento líquido foi de R\$ 9,4 bilhões. Com isso, a alavancagem atingiu **2,8x** (dívida líquida abrangente/EBITDA LTM).

Endividamento total (Valores em R\$ MM)	4T21	3T21	Var.%
Bancos comerciais	891	758	17,6%
NCE	663	652	1,7%
BNDES	3.061	3.231	-5,3%
Debêntures	8.081	6.866	17,7%
Sênior notes 2025, 2028 e 2032	8.483	8.319	2,0%
Endividamento bancário	21.179	19.826	6,8%
Arrendamento financeiro ²⁰	179	193	-7,3%
Instrumentos derivativos líquidos	(1.098)	(1.741)	-36,9%
Endividamento abrangente bruto	20.260	18.278	10,8%
Caixa e equiv. de caixa e títulos e valores mobiliários	(10.874)	(9.278)	17,2%
Endividamento abrangente líquido	9.385	9.000	4,3%
EBITDA LTM ²¹	3.350	3.725	-10,1%
Alavancagem (dívida abrangente líquida/EBITDA LTM)	2,8x	2,4x	16,7%

Nota 20: Não inclui arrendamentos operacionais IFRS 16.

Nota 21: O EBITDA LTM refere-se à soma dos últimos doze meses do EBITDA.

Abaixo, segue composição dos itens que tiveram impacto na movimentação da dívida consolidada da Rumo.

Movimentação da dívida bruta (Valores em R\$ MM)	4T21
Saldo inicial da dívida líquida abrangente	9.000
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(9.278)
Saldo inicial da dívida bruta abrangente	18.278
Itens com impacto caixa	1.432
Captação de novas dívidas	1.514
Amortização de principal	(356)
Amortização de juros	(253)
Variação em instrumentos derivativos líquidos	527
Itens sem impacto caixa	550
Provisão de juros (accrual)	272
Variação monetária, ajuste de MtM da dívida e outros	161
Instrumentos derivativos líquidos	116
Saldo final da dívida abrangente bruta	20.260
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(10.874)
Saldo final da dívida abrangente líquida	9.385

A Rumo está sujeita a determinadas cláusulas contratuais restritivas referentes ao nível de alavancagem em alguns dos seus contratos. As disposições mais restritivas possuem verificação anual ao fim do exercício e referem-se ao endividamento abrangente líquido. Este inclui as dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro, deduzidos de títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito vinculados a empréstimos e instrumentos derivativos. Os *covenants* para dezembro de 2021 são: alavancagem máxima de 3,0x (dívida líquida abrangente/EBITDA LTM) e índice de cobertura de juros mínimo de 2,0x EBITDA/Resultado financeiro.

6. Capex

			Investimento (Valores em R\$ MM)	2021	2020	Var.%
4T21	4T20	Var.%				
701	997	-29,7%	Investimento total ²²	3.453	2.979	15,9%
304	282	7,8%	Recorrente	1.122	1.108	1,2%
397	715	-44,5%	Expansão	2.332	1.871	24,6%

Nota 22: Valores em regime de caixa

Em 2021, o capex atingiu R\$ 3.453 milhões, encerrando o ano em linha com o plano de investimentos da Companhia.

O **capex recorrente** em 2021 foi de R\$ 1.122 milhões, 1,2% acima do ano anterior.

O **capex de expansão** atingiu R\$ 2.332 milhões. O aumento decorre principalmente do primeiro semestre, com as obras do caderno de investimentos oriundos da renovação da Malha Paulista e a fase operacional da Malha Central. Além disso, a Companhia seguiu investindo nas adequações de infraestrutura para a operação com trens de 120 vagões, na ampliação de pátios de cruzamento e investimentos de melhorias operacionais, como postos de abastecimento. Esses projetos, além de aumentarem a capacidade e trazerem maior nível de eficiência, permitem, entre outros ganhos, a redução do consumo de combustível, fundamental para redução de emissões específicas de gases de efeito estufa.

7. Fluxo de Caixa

Abaixo demonstramos o fluxo de caixa consolidado da Rumo. Os títulos e valores mobiliários foram considerados como caixa nesta demonstração.

	4T21	4T20	Fluxo de caixa indireto (Valores em R\$ MM)	2021	2020	Var.%
	419	757	EBITDA	3.350	3.664	-8,6%
	305	(102)	Variações working capital e efeitos não caixa	(240)	(821)	-70,8%
	127	38	Resultado financeiro operacional	288	87	>100%
(a)	851	695	(=) Fluxo de caixa operacional (FCO)	3.399	2.930	16,0%
	(701)	(997)	Capex	(3.453)	(2.979)	15,9%
(b)	(304)	(282)	Recorrente	(1.122)	(1.108)	1,2%
	(397)	(715)	Expansão	(2.332)	(1.871)	24,6%
	-	- Venda de ativos	3	3	3,3%	
	-	- Dividendos recebidos	8	4	>100%	
(c)	(701)	(997)	(=) Fluxo de caixa de investimento (FCI)	(3.442)	(2.972)	15,8%
(d)	1.514	37	Captação de dívida	7.891	6.173	27,8%
(e)	(399)	(350)	Amortização de principal	(7.074)	(6.053)	16,9%
	(290)	(154)	Amortização de juros	(1.262)	(1.184)	6,7%
	-	- Dividendos pagos	(7)	(2)	>100%	
(h)	-	10	Integralização de capital	-	6.316	-100,0%
	-	(10)	Programa de recompra de ações	(30)	(10)	>100%
	527	8	Instrumentos financeiros derivativos	2.169	180	>100%
	1	5	Caixa restrito	57	124	-54,1%
	-	- Aquisição de participação de não controlador	(389)	-	>100%	
	1.353	(454)	(=) Fluxo de caixa de financiamento (FCF)	1.355	5.544	-75,6%
(g)	94	(222)	Impacto da variação cambial nos saldos de caixa	387	(41)	>100%
(f)	1.597	(979)	(=) Caixa líquido gerado (consumido)	1.699	5.461	-68,9%
	9.278	10.154	(+) Caixa total (inclui caixa + TVM) inicial	9.175	3.715	>100%
	10.874	9.175	(=) Caixa total (inclui caixa + TVM) final	10.874	9.175	18,5%
Métricas						
	547	413	(=) Geração de caixa após o capex rec. (a+b)	2.277	1.822	25,0%
	150	(302)	(=) Geração (consumo) de caixa após o FCI (a+c)	(43)	(42)	1,9%

8. Indicadores de Desempenho Operacional e Financeiro

Segue abaixo o comportamento histórico dos principais indicadores operacionais e financeiro.

Indicadores de Desempenho Operacional e Financeiro	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Consolidado						
Operating ratio ²³	100%	82%	21,7%	79%	75%	5,2%
Consumo de diesel ('000 TKB)	3,42	3,64	-6,0%	3,59	3,72	-3,7%
Accidentes ferroviários (MM Trem/ Km)	13,58	13,52	0,4%	13,58	13,52	0,4%
Accidentes pessoais (MM Acidentes/ HHT) ²⁴	0,25	0,24	4,2%	0,25	0,24	4,2%
Operação Norte²⁵						
Ciclo de vagões (dias)	8,9	9,1	-2,2%	8,9	9,4	-5,3%
Operação Sul²⁶						
Ciclo de vagões (dias)	8,3	7,5	10,7%	7,0	7,0	n/a

Nota 23: A partir de 2021, o indicador contempla a Operação da Malha Central. Os dados de 2020 também foram atualizados.

Nota 24: Considera a soma dos valores médios acumulados nos últimos 12 meses dos indicadores de acidentes com afastamento (CAF) e sem afastamento (SAF).

Nota 25: Considera o ciclo de grãos Rondonópolis (MT) - Santos (SP). Os indicadores de 2020 foram revisados após correções na base sistêmica.

Nota 26: Considera o ciclo de grãos Norte do Paraná – Portos de Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC). Os indicadores de 2020 foram revisados após correções na base sistêmica.

Operating Ratio: O indicador representa a parcela de custos e despesas como percentual da receita líquida. Em 2021, houve crescimento de 6,8% da receita líquida, porém inferior à alta de custos, refletindo no aumento de 5,2% do indicador.

Consumo de diesel: A melhora de quase 4% no indicador em 2021 a 2020 reflete a maior eficiência no consumo unitário de diesel das locomotivas, em razão dos investimentos em tecnologia e inovação, na revitalização da via permanente e da modernização da frota.

Acidentes ferroviários: O indicador, que mede a quantidade de acidentes por milhões de quilômetros permaneceu estável, com alta de 0,4% na comparação com o ano de 2020.

Acidentes pessoais: Em 2021, o indicador, que aponta a quantidade de acidentes com afastamento (CAF), foi de 0,15, enquanto o índice para os acidentes sem afastamento (SAF) foi de 0,10. A soma dos indicadores apresentou alta de 4,2% em relação ao ano anterior. A Companhia segue focada em manter a taxa de acidentes com afastamento (CAF) em 0,15, na média, até 2025, conforme compromisso assumido em 2020.

Ciclo de vagões: Em 2021, houve melhora de 5,3% dos indicadores na Operação Norte em relação ao ano anterior, enquanto se manteve estável na Operação Sul, impactado pela quebra de safra de milho que afetou a Região no segundo semestre do ano.

9. Guidance 2022

Conforme Fato Relevante divulgado nesta data, esta seção apresenta as projeções para o ano de 2022, estimadas em termos nominais, sem considerar novos projetos de M&A, novas concessões e autorizações, bem como o início das obras do projeto de extensão para Lucas do Rio Verde e Cuiabá. O *guidance* de longo prazo, até 2025, permanece, por ora, sem alterações.

	Realizado 2021	Guidance 2022	Variação
Volume (Bilhões TKU)	64,0	72,0 ≤ Δ ≤ 76,0	16%
EBITDA (R\$ MM)	3.350	4.100 ≤ Δ ≤ 4.500	28%
Capex (R\$ MM)	3.453	2.700 ≤ Δ ≤ 2.900	-19%

10. Anexos

10.1 Demonstrações Financeiras Rumo

10.1.1 Balanço Patrimonial

Balanço patrimonial (Valores em R\$ MM)	31/12/21	30/09/21
Ativo circulante	12.381	10.880
Caixa e equivalentes de caixa	9.448	8.343
Títulos e valores mobiliários	1.426	935
Contas a receber de clientes	482	665
Instrumentos financeiros derivativos	49	39
Estoques	229	281
Recebíveis de partes relacionadas	37	40
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	178	105
Outros tributos a recuperar	421	369
Outros ativos	112	103
Ativo não circulante	35.793	35.341
Contas a receber de clientes	21	6
Caixa restrito	28	32
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	286	188
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.663	1.518
Recebíveis de partes relacionadas	112	116
Outros tributos a recuperar	765	850
Depósitos judiciais	304	321
Instrumentos financeiros derivativos	1.626	1.904
Outros ativos	40	55
Investimentos em associadas	58	57
Imobilizado	15.975	15.493
Intangíveis	7.132	7.155
Direito de uso	7.785	7.647
Ativo total	48.175	46.222
Passivo circulante	4.441	3.705
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.223	1.219
Passivos de arrendamento	383	368
Instrumentos financeiros derivativos	577	200
Fornecedores	619	474
Ordenados e salários a pagar	256	237
Imposto de renda e contribuição social correntes	40	21
Outros tributos a pagar	56	38
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	44	7
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	161	160
Pagáveis a partes relacionadas	202	195
Receitas diferidas	7	7
Outros passivos financeiros	577	587
Outras contas a pagar	298	192
Passivo não circulante	28.715	27.085
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19.956	18.607
Passivos de arrendamento	2.724	2.567
Instrumentos financeiros derivativos	-	2
Outros tributos a pagar	0	0
Provisão para demandas judiciais	681	571
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	2.893	2.828
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.360	2.413
Receitas diferidas	36	38
Outras contas a pagar	64	59
Patrimônio líquido	15.019	15.432
Passivo total	48.175	46.222

10.1.2 Demonstrativo do Resultado do Exercício

4T21	4T20	Var.%	Demonstração do resultado do exercício (Valores em R\$ MM)	2021	2020	Var.%
1.512	1.662	-9,0%	Receita operacional líquida	7.440	6.966	6,8%
(1.371)	(1.248)	9,9%	Custo dos serviços prestados	(5.352)	(4.722)	13,4%
141	414	-65,9%	Lucro (prejuízo) bruto	2.088	2.245	-7,0%
(144)	(131)	9,9%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(512)	(438)	16,9%
(60)	56	>100%	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(69)	128	>100%
1	2	-50,0%	Equivalência patrimonial	13	13	n/a
(445)	(304)	46,4%	Resultado financeiro líquido	(1.360)	(1.474)	-7,7%
123	(33)	>100%	Imposto de renda e contribuição social	(4)	(170)	-97,6%
(384)	3	>100%	Lucro (prejuízo) líquido	156	305	-48,9%
-25,4%	0,2%	-25,6 p.p.	Margem líquida (%)	2,1%	4,4%	-2,3 p.p.

10.1.3 Fluxo de Caixa

4T21	4T20	Fluxo de caixa contábil (Valores em R\$ MM)	2021	2020
(506)	36	Lucro (prejuízo) operacional antes do IR e CS	160	475
481	454	Depreciação, amortização e ajuste ao valor recuperável líquido	1.831	1.860
(1)	(2)	Equivalência patrimonial	(13)	(13)
56	24	Provisão para participações nos resultados e bônus	181	48
(27)	(2)	Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	(30)	(43)
58	21	Provisão de demandas judiciais	152	87
0	(1)	Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(0)	1
6	4	Transações com pagamento baseado em ações	25	14
-	(31)	Reversão de arrendamentos e concessões em litígio	-	(380)
555	337	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	1.589	1.537
(4)	(81)	Créditos fiscais extemporâneos	(50)	(103)
71	(8)	Outros	(58)	(9)
689	752 (=) Ajustes		3.786	3.474
98	6	Contas a receber de clientes	8	13
10	(1)	Partes relacionadas, líquidas	(7)	(23)
(46)	(17)	Outros tributos, líquidos	(254)	(78)
15	16	Estoques	(5)	(4)
(33)	(32)	Ordenados e salários a pagar	(55)	(94)
47	42	Fornecedores	(23)	126
-	-	Arrendamento e concessões em litígio e parcelados a pagar	(52)	(52)
(32)	(54)	Provisão para demandas judiciais	(103)	(157)
-	67	Outros passivos financeiros	47	(61)
86	(89)	Outros ativos e passivos, líquidos	(2)	(238)
145	(63) (=) Variações nos ativos e passivos		(446)	(567)
834	689 (=) Fluxo de caixa operacional		3.340	2.906
(475)	289	Títulos e valores mobiliários	30	379
1	5	Caixa restrito	57	124
-	-	Dividendos recebidos de controladas e associadas	8	4
(701)	(997)	Adições ao imobilizado e intangível	(3.453)	(2.979)
-	-	Caixa recebido de venda de outros ativos permanentes	3	3
(1.175)	(703) (=) Fluxo de caixa de investimentos		(3.355)	(2.469)
1.514	37	Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	7.891	6.173
(399)	(350)	Amortização de principal	(7.074)	(6.053)
(290)	(154)	Amortização de juros	(1.262)	(1.184)
-	10	Integralização de capital, líquido de custos de emissão de ações	-	6.316
527	9	Instrumentos financeiros derivativos	2.169	180
-	-	Aquisição de participação de não controlador	(389)	-
-	(10)	Recompra de ações	(30)	(10)
-	-	Dividendos pagos	(7)	(2)
1.352	(459) (=) Fluxo de caixa de financiamento		1.298	5.420
94	(222) Impacto da variação cambial nos saldos de caixa		387	(41)
1.106	(695) (=) Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa		1.670	5.816
8.342	8.474 Saldo de caixa e equivalentes no início do período		7.779	1.963
9.448	7.779 Saldo de caixa e equivalentes no final do período		9.448	7.779

RUMO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo S.A. (“Rumo” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do auditor independente, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados no site: <http://ri.rumolog.com>

APRESENTAÇÃO

A Rumo S.A. é a maior operadora logística com base ferroviária independente da América Latina, oferecendo uma grande variedade de serviços logísticos, incluindo transporte ferroviário nacional, distribuição, transporte customizado de contêineres, elevação portuária e serviços de armazenagem. A área de atuação se estende pelos Estados de Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Tocantins, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ferrovia serve quatro dos portos mais ativos do país estão localizados e através do qual a maior parte da produção de grãos do Brasil é exportada.

A Rumo possuí e opera uma grande base de ativos: 5 concessões que se estendem por cerca de 14 mil quilômetros de linhas, aproximadamente 1.500 locomotivas e 35.000 vagões, centros de distribuição e instalações de armazenagem. Além disso, imóveis arrendados, nos termos das concessões incluem propriedades que estão disponíveis para a construção e desenvolvimento de armazéns e terminais logísticos no Brasil. A Rumo armazena grãos, açúcar e outras *commodities* agrícolas nos terminais do porto de Santos-SP, Paranaguá-PR e em outras localidades em diversos estados.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS CEO

Para falar sobre 2021 temos que voltar ao início do ano, quando a Rumo foi muito clara sobre sua principal prioridade para o ano. Crescimento de volume, com ganho de *market share* para testar sua crescente capacidade instalada.

A quebra da “safrinha” do milho, que reduziu em mais de 10 milhões de toneladas o mercado potencial da Rumo, não nos impediu de fazer o maior volume da nossa história. Chegamos lá com um crescimento na participação de mercado nas nossas operações, buscando volume adicionais em geografias novas e mais distantes dos nossos terminais. Reforçando mais uma vez que temos uma solução logística imbatível do ponto de vista competitivo.

Tivemos excelentes avanços na agenda regulatória com a assinatura do contrato da primeira ferrovia estadual de Mato Grosso. Serão 730 km de trilhos entre Rondonópolis e Lucas do Rio Verde. Também seremos beneficiados pelo avanço na renovação da MRS, que trará a redução de 58% no direito de passagem cobrado da Rumo além de garantir investimentos e capacidade adicional para a Ferradura.

Realizamos entregas estruturantes, entramos em operação com dois novos terminais da Malha Central e atingimos em dezembro 54% de *market share* de grãos em GO. Vimos obras relevantes de ampliação de capacidade e eficiência no Porto de Santos a 3^a linha do Paquetá e do adensamento do Macuco, ambas na margem direita, e que juntas garantem acréscimo de mais de 12 milhões de toneladas/ano de capacidade.

Do ponto de vista operacional, o primeiro ano operando o trem de 120 vagões, com uma nova estrutura de comunicação na serra de Santos e nova geração de otimizadores de circulação, superou todas as nossas expectativas e previsões, reduzindo nosso ciclo quando comparado com 2020 e nos permitirá revisar de forma relevante nosso plano de investimento para os próximos anos. É a eficiência assumindo de forma definitiva o papel de principal driver do crescimento da nossa capacidade.

A Rumo entende que independente da extensão da malha norte, seguiremos de forma consistente com nossa estratégia de encher nossa capacidade ao melhor preço possível. Seguiremos com nossa expansão comercial em um Mato Grosso que ainda esse ano receberá a licença de instalação para Lucas de Rio Verde e continuaremos em busca do crescimento acelerado de volume em Goiás, essa nova fronteira que precisa ser ocupada com velocidade. Esses projetos são um divisor de águas para a Rumo, e que vai colocar o Brasil no mapa como um dos países com a infraestrutura mais eficiente e competitiva do agronegócio.

Para finalizar também trago os avanços na agenda de sustentabilidade e seguimos atuando pautados nos nossos 10 compromissos para o desenvolvimento sustentável, ampliando a eficiência energética do transporte ferroviário e buscando mitigar os impactos atrelados as mudanças climáticas.

João Alberto Abreu
CEO

DESTAQUES DE 2021

Resultado Consolidado

4T21	4T20	Var.%	Sumário das informações financeiras (Valores em R\$ MM)	2021	2020	Var.%
15.883	16.197	-1,9%	Volume transportado total (TKU milhões)	64.02	62.458	2,5%
2.897	3.533	-18,0%	Volume elevado total (TU mil)	12.49	14.447	-13,5%
1.561	2.261	-30,9%	Volume de solução logística (TU mil)	5.526	7.033	-21,4%
1.512	1.662	-9,0%	Receita operacional líquida ¹	7.440	6.966	6,8%
(1.371)	(1.248)	9,9%	Custo dos produtos vendidos	(5.352)	(4.722)	13,3%
141	414	-65,9%	Lucro bruto	2.088	2.244	-7,0%
9,3%	24,9%	-15,6 p.p.	Margem bruta (%)	28,1%	32,2%	-4,2 p.p.
(144)	(131)	9,7%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(512)	(438)	17,0%
(60)	56	>100%	Outras receitas (despesas) operacionais	(69)	128	>100%
1	2	-25,0%	Equivalência patrimonial	13	13	0,0%
(62)	340	>100%	Lucro operacional	1.520	1.948	-22,0%
481	417	15,3%	Depreciação e amortização	1.831	1.716	6,7%
419	757	-44,6%	EBITDA	3.350	3.664	-8,6%
27,7%	45,6%	-17,8 p.p.	Margem EBITDA (%)	45,0%	52,6%	-7,6 p.p.
(384)	3	>100%	Lucro (prejuízo) líquido	156	305	-48,9%
-25,4%	0,2%	-25,6 p.p.	Margem líquida (%)	2,2%	4,4%	-2,3 p.p.
701	997	-29,7%	Capex	3.453	2.979	15,9%

Nota 1: Inclui a receita pelo direito de passagem de outras ferrovias, receita do transporte de açúcar utilizando outras ferrovias ou o modal rodoviário e receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (*take or pay*).

- A quebra de safra trouxe retração de 38,4% nas exportações de milho Brasil na safra 20/21 em relação à safra anterior. Apesar disso, a estratégia comercial de ganho de *market share* possibilitou que a Rumo fosse menos impactada, alcançando o volume transportado de 64,0 bilhões de TKU, 2,5% superior ao volume de 2020.
- Em 2021, a Rumo cresceu 3,7 p.p. no *market share* de exportações de grãos do Mato Grosso. Em Goiás, a Rumo alcançou 54% de participação no mercado de exportação de grãos no mês de dezembro.
- O EBITDA no 4T21 alcançou R\$ 419 milhões, pressionado pela menor tarifa no trimestre, ante o aumento do custo variável, principalmente com combustível, e a pressão de inflação sobre os custos fixos.
- O EBITDA em 2021 atingiu R\$ 3.350 milhões, queda de 8,6% quando comparado a 2020, resultado da compressão de margens, resultado do menor volume de milho, em decorrência do cenário de quebra de safra.
- O lucro líquido no ano foi de R\$ 156 milhões, resultado do menor EBITDA. A dívida líquida no 4T21 foi de R\$ 9,4 bilhões e a alavancagem alcançou 2,8x dívida líquida abrangente/EBITDA LTM.
- O capex no ano de 2021 foi de R\$ 3.453 milhões, em linha com o plano de investimentos.

Unidades de Negócio

As unidades de negócios estão assim organizadas:

Operação Norte - Malha Norte, Malha Paulista, Malha Central e Operação Portuária em Santos

Operação Sul - Malha Oeste e Malha Sul

Operação de Contêineres - Operações de contêineres incluindo a Brado Logística

Resultado por Unidade de Negócio 4T21	Operação Norte ¹	Operação Sul	Operação Contêiner	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	11.923	3.128	832	15.883
Receita operacional líquida	1.075	347	91	1.512
Custo de produtos e serviços	(913)	(370)	(88)	(1.371)
Lucro (prejuízo) bruto	162	(24)	3	141
Margem bruta (%)	15,1%	-6,9%	2,8%	9,3%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(111)	(23)	(9)	(144)
Outras receitas (despesas) operacionais e eq. patrimonial	(67)	(12)	19	(59)
Depreciação e amortização ³	333	133	15	481
EBITDA	317	75	27	419
Margem EBITDA (%)	29,5%	21,6%	29,9%	27,7%

Nota 1: A partir do 1T21, inclui os valores da Malha Central.

Operação Norte

O volume total transportado na Operação Norte alcançou 47,3 bilhões de TKU em 2021, crescimento de 3,2% em relação a 2020. A performance foi impactada principalmente pela quebra de safra do milho, que resultou em uma perda de 30,3% em relação ao ano anterior nesse produto. A redução desse volume foi atenuada pelo ganho de *market share* e o melhor desempenho no transporte de combustível e fertilizantes, que cresceram 28,9% e 12,8% respectivamente, além do início da operação na Malha Central, que registrou 3,7 bilhões de TKU no ano.

O EBITDA no 4T21 foi de R\$ 317 milhões, e totalizou R\$ 2.808 milhões em 2021, 13,3% abaixo do ano anterior. A quebra de safra de milho impactou os volumes e a tarifa no segundo semestre. Adicionalmente, a estrutura de repasse de custos com combustível também contribuiu para a redução da margem EBITDA. **O custo fixo e as despesas gerais, comerciais e administrativas** subiram 9,8% ano contra ano, em função do aumento de custos com pessoal (dissídio), inflação para os demais gastos e entrada em operação da Malha Central. O **custo variável** cresceu 12,3%, principalmente em razão do aumento do preço do combustível, de 46%, apesar da melhora de 4% da eficiência energética.

Operação Sul

A Operação Sul apresentou retração de 1,9% no volume transportado em 2021, atingindo 13,4 bilhões de TKU, refletindo a quebra de safra do milho, que foi mais severa nos estados da região Sul e os efeitos da isenção temporária de pedágio no Paraná. Houve crescimento no ano em todos os demais segmentos, com destaque para cargas industriais (14,8%), soja (11,2%) e combustível (9,9%).

O EBITDA da Operação Sul totalizou R\$ 75 milhões no 4T21 e R\$ 492 milhões em 2021, 31,6% acima do ano anterior, refletindo principalmente a alta de 14,7% na tarifa. O **custo variável** cresceu 36,8%, principalmente em razão do aumento de 48% no preço de combustível, enquanto a eficiência energética teve melhora de 1,6%. **Os custos fixos e despesas gerais e administrativas** subiram 10,6%, principalmente em razão dos efeitos de inflação e dissídio. Com isso, a margem EBITDA atingiu 30,3%, 3,8 p.p. acima de 2020.

Operação de Contêineres

O volume da Operação de Contêineres em 2021 cresceu 11,9% frente a 2020, atingindo 3.309 milhões de TKU. O resultado se deve à recuperação do mercado interno, no qual a Brado teve forte expansão, com mais de 50% de aumento no transporte de produtos agrícolas e mais de 40% nas cargas destinadas ao Mato Grosso, com destaque para defensivos agrícolas, ração animal e fertilizantes. Além disso, houve aumento do fluxo de exportação de produtos como madeira e algodão.

A Operação de Contêineres apresentou EBITDA de R\$ 27 milhões no 4T21 e R\$ 50 milhões em 2021, 1,8% acima de 2020. A receita operacional líquida aumentou 17,5%, em decorrência do melhor *mix* de produtos e da melhor negociação de tarifas. O custo variável aumentou 38,3%, principalmente em função do aumento do preço do combustível e dos maiores custos com frete das pontas rodoviárias. O **custo fixo e as despesas gerais e administrativas** reduziram 1,5%. Com isso, a margem EBITDA atingiu 14,9% no ano.

INVESTIMENTOS

Em 2021, o capex atingiu R\$ 3.453 milhões, encerrando o ano em linha com o plano de investimentos da Companhia.

O capex recorrente em 2021 foi de R\$ 1.122 milhões, 1,2% acima do ano anterior.

O capex de expansão atingiu R\$ 2.332 milhões. O aumento decorre principalmente do primeiro semestre, com as obras do caderno de investimentos oriundos da renovação da Malha Paulista e a fase operacional da Malha Central. Além disso, a Companhia seguiu investindo nas adequações de infraestrutura para a operação com trens de 120 vagões, na ampliação de pátios de cruzamento e investimentos de melhorias operacionais, como postos de abastecimento. Estes projetos, além de aumentarem a capacidade e trazerem maior nível de eficiência, permitem, entre outros ganhos, a redução do consumo de combustível, fundamental para redução de emissões específicas de gases de efeito estufa.

ALAVANCAGEM

O endividamento abrangente bruto ao final do 4T21, foi de R\$ 20,3 bilhões, 10,8% acima do 3T21, refletindo majoritariamente a captação da 3º debênture, na Rumo Malha Paulista S.A., e o desembolso das Senior Notes 2032, na Rumo Luxembourg S.a.r.l. Além disso, foi efetuado o desmonte parcial da estrutura de hedge vinculada ao Bond 2025, gerando uma redução no saldo de instrumentos derivativos líquidos, que contribui para o aumento do endividamento abrangente bruto. O endividamento líquido foi de R\$ 9,4 bilhões. Com isso, a alavancagem atingiu 2,8x (dívida líquida abrangente/EBITDA LTM).

Endividamento total (Valores em R\$ MM)	4T21	3T21	Var.%
Bancos comerciais	891	758	17,6%
NCE	663	652	1,7%
BNDES	3.061	3.231	-5,3%
Debêntures	8.081	6.866	17,7%
Senior notes 2025, 2028 e 2032	8.483	8.319	2,0%
Endividamento bancário	21.179	19.826	6,8%
Arrendamento financeiro ²⁰	179	193	-7,3%
Instrumentos derivativos líquidos	(1.098)	(1.741)	-36,9%
Endividamento abrangente bruto	20.260	18.278	10,8%
Caixa e equiv. de caixa e títulos e valores mobiliários	(10.874)	(9.278)	17,2%
Endividamento abrangente líquido	9.385	9.000	4,3%
EBITDA LTM ²¹	3.350	3.725	-10,1%
Alavancagem (dívida abrangente líquida/EBITDA LTM)	2,8x	2,4x	16,7%

Nota 20: Não inclui arrendamentos operacionais IFRS 16.

Nota 21: O EBITDA LTM refere-se à soma dos últimos doze meses do EBITDA.

A Rumo está sujeita a determinadas cláusulas contratuais restritivas referentes ao nível de alavancagem em alguns dos seus contratos. As disposições mais restritivas possuem verificação anual ao fim do exercício e referem-se ao endividamento abrangente líquido. Este inclui as dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro, deduzidos de títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito vinculados a empréstimos e instrumentos derivativos. Os covenants para dezembro de 2021 são: alavancagem máxima de 3,0x (dívida líquida abrangente/EBITDA LTM) e índice de cobertura de juros mínimo de 2,0x EBITDA/Resultado financeiro.

PROPOSTA DE RETENÇÃO DE LUCROS

A Companhia apurou resultado positivo consolidado, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 155.740.177,32 (cento e cinquenta e cinco milhões, setecentos e quarenta mil, cento e setenta e sete reais e trinta e dois centavos) sendo que o lucro líquido individual (excluindo acionistas não controladores) da Companhia perfaz R\$ 150.537.835,37 (cento e cinquenta milhões, quinhentos e trinta e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos). A Companhia destinou 5% para reserva legal de R\$ 7.526.891,77 (sete milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos) e apurou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 35.752.735,90 (trinta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 27 de abril de 2021 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Administração propôs a absorção da totalidade dos prejuízos acumulados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2020, no valor de R\$ 3.760.663, com reservas de lucros de R\$ 253.599 e com capital social no valor de R\$ 3.507.064, sem cancelamento de ações.

SUSTENTABILIDADE

Contribuindo para o crescimento do Brasil, e protagonismo para o desenvolvimento sustentável no setor ferroviário, a Rumo movimenta o setor agrícola ligando os grandes centros produtores do país aos principais portos exportadores de maneira eficiente e focada na segurança das operações.

Anualmente, o Relatório de Sustentabilidade (<https://rumolog.com/sustentabilidade/>) da Rumo é publicado, demonstrando não apenas os resultados financeiros, mas também os avanços nas práticas de sustentabilidade, por meio do estabelecimento de metas e compromissos, buscando a melhoria contínua e a eficiência da operação, consolidando as melhores práticas de gestão e cultura sustentáveis do negócio. Em 2021 pela primeira vez, os indicadores do Relatório Anual de Sustentabilidade foram assegurados por terceira parte, reforçando a confiabilidade dos dados e o compromisso com a transparência da Companhia.

Assim, alinhados com os Nossos Valores e com o DNA Rumo, publicamos os Dez Compromissos com o Desenvolvimento Sustentável, correlacionados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), buscando ampliar a eficiência energética do transporte ferroviário e buscando mitigar os impactos atrelados as mudanças climáticas. Em 2021, a Rumo foi a primeira empresa brasileira a emitir uma Sustainability-Linked Debenture ("SLD") vinculado à meta de reduzir as emissões específicas em 15% até 2025, antecipada para 2023 e outra captação atrelada a uma meta com horizonte até 2030, de reduzir as emissões específicas em 21%.

Fomos a primeira concessionária de ferrovias do país a ingressar no ISE, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, na carteira 2021/2022, sendo esta uma das principais referências de sustentabilidade do mercado nacional de capitais, demonstrando nosso comprometimento com as práticas de sustentabilidade e transparência.

O modelo de negócio da Rumo está pautado em relações éticas e transparentes. Somos uma empresa focada na adoção de práticas voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e redução e mitigação de impactos ambientais, sempre atentos à saúde, segurança e bem-estar das comunidades e dos nossos colaboradores.

Com foco na transformação social das cidades onde atua, a Rumo lançou em 2021 o Instituto Rumo. Com as atividades iniciadas com jovens e adolescentes na cidade de Rondonópolis/MT, o principal foco é a transformação social, incentivando o protagonismo e a continuidade dos estudos, bem como a inclusão socioprodutiva do jovem de uma maneira significativa, respeitando os talentos individuais e a vocação socioeconômica dos municípios atendidos.

A estrutura de Governança Corporativa é formada por comitês de assessoramento atuantes, áreas de Compliance e Auditoria, ferramentas e canais de relacionamento, que asseguram a condução com a ética e transparência, além de seguir e adotar medidas legalmente estabelecidas.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2021, contávamos com 8.112 empregados ativos em regime CLT.

A Companhia mantém relacionamento com Sindicatos de Trabalhadores que representam seus empregados, sendo que aproximadamente 24% destes empregados são sindicalizados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente, geralmente têm duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento

da legislação trabalhista aplicável, além de cumprir rigorosamente todas as condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não sindicalizados.

Oferecemos aos nossos empregados, incluindo nossos executivos, pacote de benefícios que incluem assistência médica, assistência odontológica, cesta alimentar ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio farmácia, plano de previdência privada, bolsa de estudos, dentre outros, aplicáveis aos seus diferentes públicos internos. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, customizados por área de atuação e desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais, cuja remuneração é baseada no atingimento de metas e desempenho operacional. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Rumo é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) sob o ticker RAIL3. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social estava representado por 1.854.158.791 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O relacionamento da Rumo com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela transparência e respeito aos princípios dos mais altos níveis de governança, legais e éticos. A área de Relações com Investidores realiza contatos frequentes com investidores e analistas de mercado através da participação em conferências, visitas a investidores, eventos promovidos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da companhia e os mais diversos atendimentos diários respondendo às demandas do mercado. Além disto, mantém um site de relações com investidores com informações atualizadas, específicas, segmentadas e direcionadas para públicos distintos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a soma dos outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, E&Y Auditores Independentes e suas partes relacionadas, referente a outros serviços relacionados a auditoria, durante o exercício vigente, foi de 33,5% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima.

Com base em referidos princípios, a E&Y Auditores Independentes informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Rumo agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos durante o ano de 2021.

Para detalhes da análise dos resultados de 2021, visite o nosso site: <http://ri.rumolog.com>.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório do auditor independente emitido em 17 de fevereiro de 2022 pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes, CRC – 2SP034519/O-6.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2021.

RESULTADOS DO ANO DE 2021

O Conselho Fiscal da **RUMO S.A.**, por unanimidade, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, considerando os trabalhos realizados ao longo do exercício, bem como o relatório da Administração da Companhia e o relatório dos Auditores Independentes, o qual não contém ressalvas, opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022.

Luis Claudio Rapparini Soares
Presidente

Cristina Anne Betts

Reginaldo Ferreira Alexandre

Francisco Silvério Morales Cespede

Marcelo Curti

RUMO S.A.
CNPJ/ME nº 02.387.241/0001-60
NIRE 413.000.19886

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2022**

1 Data, Horário e Local da Reunião: Realizada no dia 16 do mês de fevereiro de 2022, às 13:30 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, 16º andar, sala 03, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia”), e por meio de vídeo conferência Teams Meeting.

2 Presenças: Presentes em tempo integral os membros do Comitê de Auditoria da Companhia (“Comitê”), quais sejam: Maria Carolina Ferreira Lacerda, João Ricardo Ducatti e Felício Mascarenhas. Presentes em tempo integral os representantes da Companhia os Srs. Wagner De Cicco, Rafael Suzano, Jefferson Molero, Rodrigo Castaldeli, Rafael Bergman, Roque Hulse e Paulo Roberto Belém. Presentes em tempo parcial os responsáveis pela auditoria independente Ernst & Young (“EY”): Srs. Clinton Fernandes, Leonardo Heron, Fabio Abibe e Bruno Veloso.

3 Mesa: Presidente: Maria Carolina Ferreira Lacerda; Secretário: Wagner De Cicco.

4 Exposição dos Assuntos da Pauta de Reunião: **(a)** Os representantes da Companhia, no âmbito das atribuições dos membros do Comitê, apresentaram os seguintes assuntos: (i) Segurança da Informação (*cyber security*); (ii) Canal de Ética; (iii) Resultado do Plano de Auditoria Interna 2021; (iv) Pontos de Auditoria (*follow up*); (v) Plano de Auditoria Interna 2022; (vi) Controles Internos - Status SOx; (vii) Demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 2021. **(b)** Os representantes da EY apresentaram a revisão das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

5 Deliberações: Os membros do Comitê, reunidos com os executivos da Companhia e com os responsáveis da EY, analisaram as informações da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e com base nos exames efetuados, considerando as informações e esclarecimentos prestados, bem como os documentos apresentados, recomendaram ao Conselho de Administração da Companhia, a aprovação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e emitiram o parecer, que é parte integrante da presente ata como Anexo I.

6 Encerramento: Nada mais havendo a tratar, encerraram a reunião e determinaram a lavratura da presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Comitê.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

Maria Carolina Ferreira Lacerda
Presidente da Mesa e Coordenadora do Comitê de Auditoria

Felício Mascarenhas
Membro do Comitê de Auditoria

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria

Wagner De Cicco
Secretário do Comitê de Auditoria da Rumo S.A.

ANEXO I

RUMO S.A.

CNPJ/ME nº 02.387.241/0001-60

NIRE 413.000.19886

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria da Rumo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, e considerando as informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação, nos termos do artigo 9º, Parágrafo único, III da ICVM 481/09, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

Maria Carolina Ferreira Lacerda
Coordenadora do Comitê de Auditoria

Felício Mascarenhas
Membro do Comitê de Auditoria

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2021

Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Rumo S.A é um órgão estatutário de funcionamento permanente, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa.

Os membros do Comitê serão eleitos bianualmente pelo Conselho de Administração, podendo ter o mandato renovado, a critério do Conselho de Administração, por, no máximo, 10 (dez) anos, devendo ser igualmente observados os limites e requisitos de independência previstos no Regimento Interno do Comitê. Todos os membros são independentes, sendo que 1 (um) deles, a saber, a Sra. Maria Carolina Ferreira Lacerda, atua como conselheira de administração e o Sr. Felicio Mascarenhas atua como especialista financeiro.

De acordo com Regimento Interno cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Rumo S.A., pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A EY Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC - e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários – CVM. Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) enviados para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting

Standard Board (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 16 de fevereiro de 2022 contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna. O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna que na sua execução é acompanhado e orientado pelo gerente da área de Auditoria, Riscos e Controles Internos e desenvolve sua atuação de forma ampla, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2021:

O Comitê reuniu-se 6 (seis) vezes no período de fevereiro de 2021 a fevereiro de 2022.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

- a) aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna, inclusive quanto a integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e *Compliance*;
- b) tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
- c) monitoramento do sistema de controles internos quanto a sua efetividade e processos de melhoria, do monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, *Compliance* e Ouvidoria;
- d) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação dos riscos relevantes para Empresa;

- e) análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
- f) das demonstrações financeiras por meio de reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- g) acompanhamento do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, estabelecimentos, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da área de Auditoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
- h) realização de reuniões com os principais executivos da Empresa, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações;
- i) avalia e monitora, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com as partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações
- j) acompanhamento dos programas de *Compliance Jurídico* e do processo de gestão de riscos.

Conclusão:

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Rumo S/A, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tomando em conta as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela EY Auditores Independentes, considerando que este reflete adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas,

e recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

Maria Carolina Ferreira Lacerda
Coordenadora do Comitê de Auditoria

Felício Mascarenhas
Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A